



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB**  
**CURSO: LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**FRANCISCA RAIMUNDA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VALENÇA DO PIAUÍ**  
**(1983 - 1996)**

**PICOS – PI**  
**2016**

**FRANCISCA RAIMUNDA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VALENÇA DO PIAUÍ  
(1983 - 1996)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ms. Romildo de Castro Araújo

**PICOS – PI**

**2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**

**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**R153h** Raimunda, Francisca.

História e memória da educação infantil em Valença do Piauí (1983-1996) /  
Francisca Raimunda. – 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. (59 f.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí, Picos,  
2016

Orientador(A): Prof. Me. Romildo de Castro Araújo

1. Educação Infantil-História. 2. Educação Infantil-Brasil. 3. Educação Infantil-  
Piauí. I. Título.

**CDD 372.3**

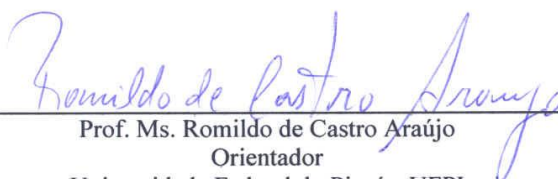
FRANCISCA RAIMUNDA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VALENÇA DO PIAUÍ  
(1983 - 1996)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros – CSHNB, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 25 / 02 / 2016

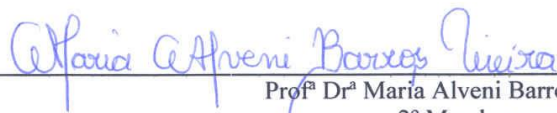
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Romildo de Castro Araújo  
Orientador  
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof.ª Ma. Cristiana Barra Teixeira  
1º Membro  
Universidade Federal do Piauí – UFPI



Prof.ª Dr.ª Maria Alveni Barros Vieira  
2º Membro  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

*À minha mãe, Maria da Conceição, que é a principal apoiadora de minhas conquistas, motivo de toda minha perseverança.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus pela sua graça infinita, pela vida, pelas oportunidades e as chances que me deu de chegar até aqui.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe, por ter feito tudo que pôde por mim, por ter sempre desejado o melhor para mim, que em meio a tantas dificuldades, priorizou os nossos estudos, o que não foi fácil. Mãe, este é o resultado de suas escolhas, de suas orações. Palavras não bastam para te agradecer por tudo!

À minha tia Joana, pela ajuda de sempre, serei eternamente grata! Só Deus pode recompensá-la por tudo o que fizestes por mim.

Aos meus irmãos João Batista e Ana Raquel, por partilharem dos meus sonhos, das minhas lutas e, por terem sempre torcido por mim e que acreditaram que eu conseguiria! E Rosa, que apesar da ausência, sei que também torcia por mim.

Aos meus sobrinhos Lara Beatriz e Geilson, amores da minha vida!

Ao meu esposo Anderson, por todo amor, paciência e compreensão nesses anos de cursos, por ter suportado a longa espera porque “O amor tudo suporta, tudo espera...”!

Ao meu querido amigo/irmão Álisson, por tanta ajuda, por todo cuidado e carinho. Sem você não teria conseguido fazer os estágios. Deus lhe abençoe infinitamente!

Ao meu orientador, professor Ms. Romildo de Castro Araújo por ter acreditado em meu trabalho, por sua orientação, paciência e pelos incentivos constantes sem os quais este trabalho não teria sido produzido.

Aos sujeitos da pesquisa, sem os quais este trabalho não seria possível.

Aos meus colegas de turma pela amizade que fora construída no decorrer de todo o período de curso, em especial, Heryka, Jéssica Priscila, Janaina, Laydene e Márcia. Então essa conquista tem um pouco de cada um de vocês, OBRIGADA!

*Quem constrói histórias, compartilha memórias.*

## RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como tema central: História e Memória da Educação Infantil em Valença do Piauí, e busca fazer uma investigação a respeito da institucionalização do ensino infantil no Município. Nosso trabalho tem um recorte temporal de 13 anos, fazendo o percurso histórico da educação de crianças do ano de 1983 – ano da implantação do Pré-Escolar municipal - a 1996, quando da implantação do Centro de Apoio Integrado à Criança (CAIC) no referido município. A Educação Infantil, também chamada de educação pré-escolar e educação pré-primária é ofertada às crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas, antes da sua entrada no ensino obrigatório. Para a realização da presente pesquisa optou-se pela utilização da história oral, pois, a nossa intenção foi dar voz àqueles que fizeram parte do cotidiano da educação infantil da época, sendo que simultaneamente a esta, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como: Aranha (2006), Ariès (1986), Burke, (1992), Brito, (1996), Ghiraldelli (2009), Silva (2008), Veiga (2007, 2010), Thompson, (1992), dentre outros, para melhor aprofundamento sobre o assunto. Foram utilizados como instrumentos desta pesquisa, entrevistas com pessoas que vivenciaram a educação infantil em Valença na época correspondente ao recorte temporal da mesma. Após a coleta de dados deu-se início a etapa de análise e tabulação dos resultados obtidos, culminando com a elaboração do trabalho monográfico da pesquisa realizada. Diante de todas as informações adquiridas neste estudo podemos concluir que a Educação em geral em Valença do Piauí foi marcada pelo atraso e quando se trata da Educação Infantil, achamos importante recorrermos a época anterior ao nosso recorte temporal, a fim de compreendermos o processo de institucionalização do ensino infantil na cidade. Com isso, pudemos perceber que de início, educação das crianças pequenas ficava a cargo das famílias. O primeiro contato das crianças com a escola se dava aos 07 anos ao ingressarem no ensino primário, havendo então a necessidade de espaços que ofertassem educação para crianças menores de 7 anos. As primeiras ofertas de educação às crianças pequenas, partiram da iniciativa privada, restringindo a oferta às pessoas mais ricas. O ensino infantil só é democratizado no município na década de 90, com a criação da Creche Municipal Mãe Maria e, posteriormente, com a implantação do Centro de Apoio Integrado à Criança – CAIC. Porém, o que se pôde observar, também, durante a pesquisa, é que ainda existe muita incompreensão em relação à educação infantil, ainda vista como lugar de cuidar de crianças, deixando de lado seu caráter educativo.

**Palavras-chave:** História e Memória. Educação Infantil. Institucionalização.



## RESUMEN

Este trabajo académico tiene como centro: Historia y Memoria de la Educación Infantil en Valença del Piauí, y trata de hacer una investigación acerca de la institucionalización de la educación infantil en el municipio. Nuestro trabajo tiene un recorte temporal de 13 años, haciendo el percursio histórico de la educación de los niños entre el 1983 - año de aplicación del pre-escolar municipal - a 1996, cuando de la ejecución del Centro Integrado de Apoyo Infantil (CAIC) en el municipio. La Educación Infantil, también llamado pre-escolar y la educación pre-primaria se ofrece a los niños de cero a cinco años de edad en las guarderías y preescolares, antes de entrar en la enseñanza obligatoria. Para la realización de esta investigación se optó por el uso de la historia oral, por lo tanto, nuestra intención era dar voz a los que hicieron parte de la vida cotidiana de la educación de la primera infancia de los niños, y al mismo tiempo, llevamos a cabo una búsqueda en la literatura basada en autores como: Aranha (2006), Ariés (1986), Burke (1992). Brito (1996), Ghiraldelli (2009), Silva (2008), Veiga (2007, 2010), Thompson (1992), entre otros a una comprensión más profunda sobre el tema. Fueron utilizados como instrumentos de esta investigación entrevistas con personas que han experimentado la educación de la primera infancia en Valencia en el período correspondiente del marco de tiempo de la misma. Después de la recogida de datos se inició el análisis de resultados, que culminó en la preparación del trabajo monográfico de la encuesta realizada. Antes de toda la información recopilada en este estudio, se puede concluir que la educación en general, en Valença del Piauí se caracterizó por los retrasos y cuando se trata de la educación de la primera infancia en la ciudad en el período de estudio, no existía este nivel de educación. Encontramos importante recurrir al tiempo antes de nuestro marco de tiempo, con el fin de comprender el proceso de institucionalización jardín de infancia en la ciudad. La educación de los niños estaba a cargo de las familias. El primer contacto de los niños con la escuela dio a los 07 años cuando entran en la escuela primaria. Las primeras ofertas de educación a los niños pequeños, salieron del sector privado, haciendo así la restricción de la oferta a las personas más ricas. La enseñanza infantil solamente se democratiza en el municipio en los años 90, con la creación de la Guardería Municipal Mãe Maria, y, posteriormente, con la implementación del Centro Integrado de Apoyo al Niño - CAIC. Pero lo que se pudo observar también durante la investigación, es que todavía hay muchos malentendidos en relación con la educación de la primera infancia, siendo visto como un lugar para el cuidado de los niños, dejando a un lado su carácter educativo.

**Palabras-clave:** Historia y Memoria. La educación infantil. Institucionalización.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ASA** - Ação Social Arquidiocesana

**CAIC** – Centro de Apoio Integrado à Criança

**CIAC** – Centros Integrados de Assistência à Criança

**CROVAPI** - Centro Recreativo dos Operários de Valença do Piauí

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**EIC** – Ensino Infantil CAIC

**DNCr** - Departamento Nacional da Criança

**LBA** - Legião Brasileira de Assistência

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**SERSE** - Serviço Social do Estado

**SEMEC** – Secretaria Municipal de Educação

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1.</b> Identificação dos sujeitos da pesquisa.....	34
<b>Figura 1.</b> Unidade Escolar Cônego Acilino.....	399
<b>Figura 2.</b> Criança com 4 anos no Prezinho.....	41
<b>Figura 3.</b> Unidade Escolar Carmina Veloso.....	444
<b>Figura 4.</b> Placa de inauguração da Creche Mãe Maria.....	466
<b>Figura 1.</b> Ensino Infantil CAIC - EIC.....	47
<b>Figura 6.</b> Professora Maria Dos Prazeres .....	50

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>122</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>144</b>
1.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	144
1.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA.....	177
1.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS .....	199
1.4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	222
1.5 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PIAUÍ.....	266
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>312</b>
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	32
2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	32
2.3 SUJEITOS DA PESQUISA .....	333
2.4 ANÁLISE DOS DADOS .....	35
<b>3. ACHADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>37</b>
3.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VALENÇA.....	37
3.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES .....	49
3.3 PRÁTICA DOCENTE .....	52
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico tem como tema central a História e Memória da Educação Infantil em Valença do Piauí e busca fazer uma investigação a respeito da institucionalização do ensino infantil no referido município. Nosso trabalho tem um recorte temporal de 13 anos, visitando o percurso histórico da educação de crianças do ano de 1983 - quando é criado o Pré-Escolar municipal - a 1996, ano da implantação do Centro de Apoio Integrado à Criança (CAIC) na cidade.

A educação infantil, também chamada de educação pré-escolar e educação pré-primária, é a primeira etapa da educação básica, ofertada a crianças de 0 a 5 anos de idade antes da sua entrada no ensino fundamental e “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996), onde as mesmas são levadas a exercitar as suas capacidades motoras e cognitivas, através de atividades lúdicas e jogos, fazendo descobertas e se preparam para iniciar o processo de alfabetização.

Entretanto, a Educação Infantil nem sempre foi vista como um nível de ensino. A educação das crianças pequenas surgiu no Brasil, no final do século XIX, com caráter assistencialista, visando à proteção e à saúde das crianças pequenas, ou seja, sem fins educativos. Na década de 1990, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que preconiza os direitos da criança, entre eles o direito à educação. Em 1996 a Educação Infantil é reconhecida como parte da educação básica e necessária à formação do indivíduo, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 que trata, pela primeira vez, da educação infantil como um nível específico de ensino, que tem suas particularidades e especificidades.

A partir dessa compreensão, buscou-se realizar um estudo sobre A História da Educação Infantil na cidade de Valença do Piauí. A escolha da temática história da educação infantil resultou do desejo de conhecer como se efetivou as práticas educativas voltadas para crianças na região, pois trata-se de uma área pouco investigada por pesquisadores.

Após a definição do tema, motivamos-nos a investigar sobre a educação de crianças menores de 07 anos na cidade, pois, entendendo que a educação infantil é uma etapa importante na nossa vida escolar, despertou-nos o interesse em conhecer os acontecimentos e fatos históricos relacionados a esse nível de ensino, visando conhecer a trajetória e como se deu a institucionalização desse nível de ensino na região até chegar a ser como ele se encontra hoje.

Com esse interesse, apontamos o seguinte questionamento como norteador de nosso trabalho: Como se constituiu o ensino infantil no sistema de ensino da cidade de Valença do Piauí no recorte temporal de 1983 a 1996? Para dar andamento ao estudo, definimos como objetivo geral da pesquisa: Compreender como se constituiu o ensino infantil no sistema de ensino de Valença do Piauí. A partir daí estabelecemos os objetivos específicos, que são: Investigar as primeiras práticas educativas direcionadas à criança em Valença do Piauí no recorte temporal de 1983 a 1996; Analisar as memórias daqueles que passaram pelas escolas que ofereciam a educação infantil dentro do período estudado e Conhecer o perfil dos professores que nelas trabalhavam.

Para o levantamento de dados acerca da História e memória da educação infantil em Valença do Piauí, utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica realizada em livros, artigos e entrevistas por meio da História Oral. Nossa intenção foi dar voz àqueles que fizeram parte do cotidiano da educação infantil da época, o que possibilitou aos depoentes a rememorar o passado, enriquecendo dessa forma, a nossa pesquisa.

O trabalho está dividido em quatro capítulos: o primeiro capítulo, intitulado Referencial Teórico, estão estruturados e desenvolvidos os seguintes tópicos: História e memória; A construção social do conceito de infância; história da educação das crianças; História da educação infantil no Brasil e História da educação infantil no Piauí. No segundo capítulo, nomeado Percurso Metodológico, foi realizada uma abordagem sobre o tipo de pesquisa, as estratégias, os sujeitos da pesquisa e a análise dos dados. No terceiro capítulo, nomeado Achados da Pesquisa, fizemos uma explanação sobre os resultados obtidos, destacando alguns aspectos deste nível de ensino, percorrendo, principalmente, à memória dos sujeitos que vivenciaram este processo. Por fim, no quarto capítulo, apresentamos as considerações finais sobre a referida pesquisa, onde apontamos nossas impressões sobre as informações coletadas.

A presente pesquisa justifica-se pelo fato de a produção de conhecimento sobre a história da educação de Valença ainda ser pequena e fragmentada, quase inexistente, poucos estudos foram feitos na área, sobretudo quando se trata de educação infantil, que talvez não seja considerada, por grande parte da sociedade, bem como alguns pesquisadores, uma etapa da educação de fato, apenas passatempo para crianças enquanto os pais trabalham, o que acaba por não despertar o interesse por essa temática. Os resultados obtidos com a pesquisa poderão, também, ajudar os professores e alunos da cidade e os demais que se interessarem pela temática, contribuindo assim para a construção e preservação da memória educacional da cidade.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Podemos dizer que a partir do final do século XVIII a história da escola esteve atrelada à história da infância. Dessa forma, Nos propomos a escrever uma história da educação dando visibilidade aos seus sujeitos, no caso em específico, às crianças. A Educação Infantil em um sentido bastante amplo envolve toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade e na sociedade. Mas, outro significado, mais restrito, o qual pretendeu-se abordar, refere-se à modalidade específica das instituições educativas para crianças de 0 a 6 anos de idade.

O objetivo deste capítulo é realizar um diálogo sobre a história e a memória, a história social da infância, historia da educação da criança no Brasil e no Piauí, abordando as percepções dos diferentes contextos históricos em relação à criança e à infância, com base em teóricos como Aranha (2006), Ariès (1986), Burke, (1992), Brito, (1996), Ghiraldelli (2009), Silva (2008), Veiga (2007, 2010), Thompson, (1992), entre outros, sobre o assunto.

### 1.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA

O termo história vem do grego *historiê*, que significa “investigação”, que segundo (ARANHA, 2006), tem por base o próprio testemunho de alguém ou relato oral de outras pessoas. As concepções de história sofreram variações de acordo com a evolução da sociedade. Nos tempos antigos, por exemplo, os povos entendiam por história o registro do passado e durante muito tempo a história se preocupou apenas em registrar acontecimentos grandiosos para que estes não fossem esquecidos, não reconhecendo os acontecimentos da vida da comunidade. Apenas reconheciam-se como história, os acontecimentos primórdios dos deuses antigos, nesse sentido, a história recorria a mitos e acontecimentos sagrados. Com o passar do tempo, os paradigmas foram mudando e novos conceitos e formas de fazer história (ARANHA, 2006).

Ainda segundo a autora, com as mudanças ocorridas na modernidade, no bojo da Revolução Industrial, a história tomou novo rumo. Nesta nova configuração, os historiadores não são orientados pelo passado como modelo a seguir, e sim na investigação dos fatos e traz a ideia de progresso, deixando de lado a noção de uma história estática e cíclica. Dessa forma, “a história resulta da necessidade de reconstruirmos o passado, relatando os acontecimentos que decorreram da ação transformadora dos indivíduos no tempo” (Ibid, p.20).

Sendo assim,

O objeto da ciência histórica não é dado pelas fontes, mas construído pelo historiador a partir das solicitações do presente. Passado e presente se esclarecem reciprocamente a partir do momento em que a análise histórica estabelece entre eles uma relação “generativa” [quando o historiador reconstitui a gênese de uma configuração presente] ou “comparativa” [quando o efeito de distância entre a forma de organização, um comportamento de outra época e seus equivalentes atuais permite comparar e conferir sentido à realidade social que nos cerca] (ARANHA, 2006, p. 28).

Nesse sentido, dentro da história vamos trabalhar com a noção de memória, que na nossa visão se constitui numa fonte de pesquisa. Sobre a memória como instrumento de coleta de informações, podemos destacar a importância do ato de narrar “na transmissão e preservação de heranças identitárias e de tradições, sob a forma de registro oral ou escrito, caracterizando-se, principalmente, por meio de contar, transmitir com palavras as lembranças da memória no tempo” (DELGADO, 2003, p. 13).

Freitas e Braga (2006) salientam que a história é uma atividade escrita, que organiza e reúne numa totalidade sistematizada as diferenças e hiatos da memória coletiva, já que esta, sendo primordialmente oral e afetiva, fragmenta-se em uma pluralidade de narrativas. Neste trabalho, a nossa concepção é a de história social, porque no nosso entendimento, a história social estuda as ações dos sujeitos, analisando como estes transformam a sociedade na medida em que vão construindo sua própria história.

Assim, a História Social tem como ponto de enfoque os chamados silenciados na história, que trás uma série de inovações no campo da historiografia. Essa vertente historiográfica tem o historiador Edward Palmer Thompson como um de seus principais representantes, pois este sempre lutou por uma história que dedicasse atenção ao fazer-se dos sujeitos históricos em sua prática cotidiana, afirmando ser a experiência social a mais rica das possibilidades históricas (DANTAS, 2003). A partir das publicações de Thompson, a história social ganha destaque, pois de acordo com Burke,

Não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas comuns. Percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência (BURKE, 1992, p.42).

Desde os tempos antigos, a história tem sido vista como um relato dos feitos dos grandes (BURKE, 1992). A história social ampliou os campos de investigação, onde os historiadores têm como objetivo “reconstituir o solo comum da experiência para diferentes



grupos de pessoas, utilizando técnicas tomadas de empréstimo à demografia, à economia, à sociologia.” (DARNTON, 1990, p.178 *apud* DANTAS, 2013, p. 22).

Para Thompson (2002), a atividade do historiador se exerce dentro de um contexto social e, portanto, tem implicações políticas, o que indica uma realidade, que o historiador define como histórica, ou seja, é o estudo de uma realidade ou de um relato sobre essa realidade “[...] por um cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História” (BENJAMIN, 1987a: 223 *apud* MATTOS, 2001, p.1).

O historiador tenta fazer uma reconstrução (e não reconstituição) de um passado que não existe mais. Para tal, coloca sua subjetividade em ação, como salienta Thompson em *A voz do passado* (1992), pois é uma análise dos aspectos da sociedade e das transformações sociais de como os sujeitos vão mudando a própria história.

A Nova História Cultural causou uma revolução na história, o que trouxe para a área de pesquisa em história da educação uma ampliação de fontes e objetos de investigação dando aos pesquisadores maior liberdade de ação e possibilitou o reconhecimento da história escrita. Dessa forma, a história da educação faz parte da história da sociedade, pois a educação faz parte das relações sociais e estudar seus fenômenos é primordial, pois o mesmo não é algo neutro, uma vez que reflete relações de poder existentes na sociedade e está envolvida na política.

A história da educação busca conhecer o passado e o presente dos fenômenos educacionais. De acordo com Aranha (2006), a investigação em história da educação, nasce de um problema do presente que nos remete a fazer uma análise rigorosa do passado, que não serve para descrever o passado, mas sim nos colocar perante um patrimônio de ideias, de projetos e de experiências.

Sobre o trabalho histórico, Aranha (2006, p. 29), salienta que, “... é muito semelhante ao trabalho pedagógico. Estamos sempre a lidar com a experiência e a fabricar a memória.”.

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico (DELGADO, 2003, p. 11).

Nesse sentido, a memória está intrinsecamente ligada à escrita da história, servindo como uma ferramenta importantíssima ao resgate da história dos sujeitos esquecidos no tempo. Como bem afirmam Stephanou e Bastos (2005, p. 420), “[...] a memória é um dos indícios, documento, que de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo”. Recorremos, então, à memória a fim de resgatarmos a história, com maior número de detalhes do ensino infantil em Valença do Piauí.

## 1.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA

O conceito de infância sempre foi permeado de variações, mudando de acordo com as evoluções históricas das sociedades. Por muito tempo a criança só se distinguia do adulto em relação a sua estatura. A visão da mesma como um ser distinto do adulto é uma construção definida na atualidade, na verdade “criança sempre existiu, mas infância não. O mundo pré-moderno não tem uma noção de infância” (GHIRALDELLI, 2009, p. 17). Nem sempre a criança foi vista como um ser distinto e com especificidades próprias que necessitasse de cuidados específicos, e sim como um adulto em miniatura e por diversos períodos se questionou qual era o tempo da infância e quem era a criança.

Na antiguidade, a infância, não possuía relevância social, a criança vivia à margem da sociedade, era vista apenas como um ser que se tornaria um adulto e nisto encerrava a sua utilidade. Logo, “[...] o sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia.” (ARIÈS, 1981, p.156). Na idade Média, não se tinha uma preocupação com a criança, nem uma diferenciação desta em relação aos adultos, ser criança era um período breve da vida, pois logo se misturavam aos mais velhos, como bem salienta Ariès:

Adultos, jovens e crianças se misturavam em toda atividade social, ou seja, nos divertimentos, no exercício das profissões e tarefas diárias, no domínio das armas, nas festas, cultos e rituais. O cerimonial dessas celebrações não fazia muita questão em distinguir claramente as crianças dos jovens e estes dos adultos. Até porque esses grupos sociais estavam pouco claro em suas diferenciações (Ibid, 1981, p.156).

Ou seja, ao terminar o período de dependência física da mãe, as crianças se incorporavam plenamente ao mundo dos adultos. Elas, então, passavam a ocupar os mesmos

lugares que os adultos, dividindo as mesmas responsabilidades. Devido à situação precária na qual as pessoas da Idade Média viviam, a taxa de mortalidade infantil era muito alta e por se tratar de um ser indefeso, com poucas chances de sobreviver, a criança era submetida ao descaso e pouco era feito pela mesma. Como não era raro acontecer de uma criança morrer devido à fome e outras circunstâncias, a morte de uma criança não era vista com tanto sentimento e desespero como acontece nos dias de hoje. A mortalidade infantil, mesmo entre ricos e pobres, mostra o relativo descaso pelas crianças.

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87).

Segundo Ariès (1981), não havia a definição de um período como infância. As crianças viviam sob os cuidados das amas de leite até conseguirem “se virar” sozinhas e quando atingiam este estado eram introduzidas ao meio dos adultos e tratadas como tais. A infância ganha destaque com a publicação do livro “História social da criança e da família” publicado pela primeira vez na França em 1960 e no Brasil em 1978, de Philippe Áries, pioneiro na escrita da história da infância. Com os estudos de Ariès, a criança começou a ser vista como objeto de análise. Conforme Silva (2008), Ariès aponta duas fases históricas do sentimento da sociedade em relação à infância:

[...] o primeiro, difundido e popular, a “paparicação” limitava-se às primeiras idades e correspondia a ideia de uma infância curta; o segundo, que exprime a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância e, por conseguinte, do dever dos adultos de preservar a primeira e fortalecer a segunda, e que durante muito tempo se limitou a uma pequena minoria de legistas, padres ou moralistas. (ÁRIES 1986, p.186 *apud* SILVA, 2008, p. 42).

Somente a partir do Século XVII, é que se começa a observar a criança com mais atenção, entendendo que a criança é um sujeito histórico e, assim sendo, vivencia sua infância dentro do contexto histórico em que está inserida, compartilhando e produzindo, juntamente com os adultos, os valores culturais, sociais, econômicos e religiosos de seu tempo. Segundo Áries (1981), a partir de então, as crianças começam a ser retratadas, em desenhos e pinturas,

com traços infantis. Anterior a essa época elas eram representadas como adultos em miniatura, pois não havia noção das particularidades da criança.

A partir do século XVIII, o sentimento moderno de infância tornou-se mais nítido caracterizando-se pela concepção de criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita dos cuidados do adulto para a sua socialização. De acordo com Pinheiro,

O marco histórico da nossa concepção moderna de infância é o livro de Jean Jacques Rousseau, *Emílio* (1762), no qual o autor traça as bases do que concebe como um projeto pedagógico. As ideias de Rousseau a respeito da educação de crianças e de seu lugar na sociedade vieram a influenciar a pedagogia, e seus reflexos são percebidos ainda hoje. Nesse livro, Rousseau inaugura uma noção de infância que vai marcar e caracterizar essa fase da vida do homem. (PINHEIRO, 2005, p. 35).

Ainda de acordo com Pinheiro (2005), no livro *Emílio*, Rousseau coloca a infância como um tempo a parte, tempo em que a natureza humana, ainda não corrompida pela sociedade, guarda toda sua pureza e inocência, e que por tais motivos deve ser preservada, com a finalidade de ser cultivada por meio da educação. Assim, a partir de Rousseau, a infância recebeu valorização e o reconhecimento de ser uma época típica da vida do homem, porém a criança ainda era vista como alguém incapaz de conviver socialmente por não ser dotada de raciocínio, ou seja, incapaz de fazer julgamento de suas ações, bem como das ações dos outros.

Nesse sentido, a educação aparece como a possibilidade de transformar esse ser, moldando-o de acordo com os princípios da sociedade da qual virá participar. Sobre a educação da criança, abordaremos no tópico a seguir sobre a necessidade de educar a infância desde os tempos clássicos, como meio de preservar a pureza da criança e guiá-la no caminho da virtude.

### 1.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Segundo Kohan (2005), Platão já abordava sobre a necessidade de educar a criança, defendendo a ideia de que o papel da educação é fundamental no processo de direcionamento do comportamento da criança. A esse respeito, o autor comenta que “tantos cuidados na criação e educação dessas pequenas criaturas se justificam porque eles serão os futuros guardiões da polis, seus governantes” (ibid, p.56). As sociedades antigas e medievais se preocupavam com a educação da criança, entretanto, a preocupação não era com a criança em si, enquanto pessoa e sim com o adulto que ele viria a se tornar.

Nesse contexto, a finalidade da educação era preparar a criança para ser um cidadão de bem, apto para atuar na sociedade na qual estará inserido. Vale ressaltar que, historicamente, embora o conceito de infância só apareça na modernidade, constatamos que os relatos e as concepções sobre a educação das crianças já estão presentes desde o período clássico.

Nesse contexto de infância, Kohan (2004) irá frisar que a relação desta com a educação é de suma importância, pois, conforme ele, as crianças serão os adultos do amanhã e, portanto, os artífices das futuras sociedades. “Assim, educar a criança é a melhor maneira de introduzir mudanças e transformações sociais. A infância, entendida em primeira instância como potencialidade é, afinal, a matéria-prima das utopias, dos sonhos políticos dos filósofos e educadores” (ibid, p.7).

Os estudos mostram que a educação de crianças foi marcada por violência, autoridade e castigos físicos. O que é explicado pelo fato da diferença do comportamento da criança em relação ao adulto havendo, então, a necessidade das agressões para manter a ordem nas escolas. “É possível que as orientações em relação à necessidade de conter a violência física em crianças estejam, num primeiro momento, relacionadas à ênfase no comportamento diferenciado do adulto e não propriamente na consciência de tratamento adequado a uma criança” (VEIGA, 2010, p. 8).

A autora salienta que no pensamento de Locke era necessário encontrar um equilíbrio na educação das crianças que se estabelece entre a benevolência e a severidade. Com isso, ele propõe que “os colégios e posteriormente as escolas públicas de instrução elementar largamente adotaram um programa de educação fundamentado em recompensas e punições, respectivamente a rédea e a espora necessárias para guiar as crianças na racionalidade e estabelecer a virtude” (ibid, p. 9). Nessa perspectiva,

[...] a palmatória, o chicote, a vara, as carteiras, os livros, o quadro de giz e outros objetos faziam parte da cultura escolar daquele tempo histórico. Mesmo após a proibição de castigos físicos, a palmatória adentrava no século XX como um artefato ainda inserido na cultura material escolar, denunciando a “intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social” (SOUZA, 2009, p. 170).

O uso da palmatória era visto como método para manter a disciplina e ordem na sala de aula e, portanto, considerada natural. Entretanto, havia algumas orientações para fazer uso do recurso: “[...] deveria ser usada apenas pelo mestre e servir para bater ‘somente’ na palma da

mão esquerda com dois ou três golpes no máximo”. (VEIGA, 2003, p. 502 *apud* ARAGÃO & FREITAS, 2012, p. 20).

Sobre a educação da criança, Ghiraldelli (2009), comenta a respeito da finalidade da mesma de acordo com o conceito de infância. Conceito este que oscila entre duas configurações básicas: na primeira configuração, a infância é vista como algo negativo e que deve ser breve, dando espaço ao adulto. Neste caso, a finalidade da educação é terminar a fase negativa, possibilitando, assim o surgimento do homem adulto. Em contrapartida, a segunda configuração, a infância é vista como positiva, mas logo deve passar. A infância nesse sentido é vista como fase criativa e pura e a finalidade da educação é fazer com que esta fase positiva permaneça ao longo da vida adulta. Assim, educar a infância era necessário, pois as crianças serão os adultos do amanhã, das futuras sociedades.

As primeiras preocupações com a educação de crianças pequenas se deu com o surgimento da sociedade industrial, onde as mães começaram a trabalhar fora. Surgindo, nesse contexto as primeiras creches para abrigar os filhos das mães que trabalhavam nas indústrias. Sobre isso, Kuhlmann Jr. (2000, p. 3) destaca que:

A instituição educacional criada para as crianças até 3 anos, a creche, surgiu posteriormente àquelas destinadas às crianças maiores. Froebel, fundador do jardim-de-infância, na Alemanha, em 1840, chegou a escrever sobre a educação desde a mais tenra idade, como no seu livro para as mães com sugestões de cantigas, brincadeiras e cuidados com os bebês.

Portanto, os primeiros indícios de instituições voltadas à primeira fase da infância são aquelas que recebiam crianças sem família, provenientes das rodas dos expostos, criado em Roma no século XIII, de acordo com Veiga (2007), para coibir o abandono de crianças nas portas das casas e das igrejas, abandonados, frutos de maternidade recusada, bem como o infanticídio e o aborto. Entretanto,

De início, o objetivo da irmandade não era educar as crianças, mas colhê-las e encaminhar as que tinham entre zero e 3 anos de idade para amas-de-leite pagas que amamentavam em domicílio ou no próprio hospital. Se ninguém se responsabilizasse por elas até 3 anos, as crianças voltavam para a casa de assistência e lá permaneciam até os 7 anos, quando eram entregues às câmaras municipais, que se desincumbiam delas – numa sociedade que admitia o trabalho escravo era fácil aceitar quem aceitasse os “expostos” (VEIGA, 2007, p. 69).

Nesse sentido, a visão puramente assistencialista com que a educação infantil foi durante muito tempo entendida, se explica pela sua história no tempo, tendo em vista as primeiras preocupações em oferecer atendimento à criança. No século XIX, a preocupação com o desenvolvimento e lugar da criança enquanto sujeito que tem suas características próprias, demandou uma especificidade nos cuidados físicos e morais das crianças, como maneira de prever o seu desenvolvimento e o seu futuro como um adulto civilizado.

Pestalozzi propõe a reforma da sociedade através da educação de classes populares. Defendendo a justiça e a liberdade para as referidas classes, bem como a assistência às mesmas pelas classes mais favorecidas economicamente.

A preocupação com a proteção à infância impulsionou a criação dos *kindergarten* ou jardins-de-infância, na Alemanha no século XIX. O primeiro *kindergarten* (jardim-de-infância) foi fundado por Froebel, o qual se construía em um centro de jogos organizado segundo os princípios froebelianos, destinado a crianças menores de 6 anos. Estas instituições educacionais estavam fora do alcance das classes populares, destinadas a atender crianças “a partir de 2 ou 3 anos, sem ter caráter de obrigatoriedade, como a escola primária” (KUHLMANN JR., 2005, p.69).

No tópico a seguir, abordaremos os caminhos e entraves pelos os quais a educação infantil percorreu no Brasil, até a promulgação da Lei de Diretrizes de bases de 1996, que a contempla como um nível de ensino obrigatório.

#### 1.4 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Atentar-nos-emos agora, para a criação de espaços que ofertaram educação direcionada às crianças de 0 a 6 anos, ou seja, educação infantil, buscando discutir as reformas educacionais e leis que estruturaram o ensino infantil no Brasil.

Para falar sobre a educação infantil no Brasil é importante frisarmos sobre o papel da Companhia de Jesus, que foi fundamental nesse processo de educação durante o período conhecido como da colonização, se estabelecendo como pioneiros em práticas educativas, embora o objetivo principal fosse o de propagar a fé cristã, dominando assim, os nativos pela doutrina das sagradas escrituras.

Percebe-se então uma necessidade de educar a criança, e o entendimento da infância como etapa propícia à aprendizagem. Os padres tinham como objetivo propagar a fé cristã, para isso, alfabetizavam as crianças ao mesmo tempo em que os catequizavam. De acordo com Veiga (2007), os padres jesuítas faziam pregações nos aldeamentos onde alfabetizavam as

crianças e ensinavam ofício da terra. Ao longo do século, os missionários criaram colégios pelas aldeias. Silva M. (2011) destaca:

Quanto à educação infantil no Brasil colonial, é preciso lembrar que o conceito de criança limitava então aos 7 anos o período da infância. A grande divisão etária era a seguinte: do nascimento até os 3 anos, temos o período de criação em que a criança era alimentada com leite humano, da mãe ou da ama, se a condição social da mãe assim exigisse; dos 4 aos 7 anos decorre uma segunda fase em que a criança acompanha a vida dos adultos, sem nada lhe ser exigido em troca, nem trabalho, nem estudo, nem cumprimento dos deveres religiosos (SILVA M., 2011, p. 139).

As creches e pré-escola surgiram a partir do momento em que as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, fazendo com que fossem criados espaços onde elas pudessem deixar seus filhos enquanto estivessem trabalhando. Ou seja, surgiram a partir de uma necessidade dos adultos, em uma visão assistencialista de atendimento às crianças, sem que houvesse considerações a respeito de uma ação educativa que visasse o interesse das crianças pequenas.

As políticas públicas voltadas para a criança no Brasil, do século XIX até as primeiras décadas do século XX são marcadas por ações e programas de cunho médico-sanitário, alimentar e assistencial. Vale ressaltar que as primeiras iniciativas de educação infantil não partiram da administração pública, e sim de grupos privados, médicos e damas beneficentes, e se dirigiam ao combate à mortalidade infantil. O objetivo maior dessas instituições que voltava ações à criança era o de atender somente no que se referisse à alimentação, saúde, higiene e cuidados físicos. O que justifica a concepção da função de cuidar que a educação infantil carregou por muito tempo. De acordo com Andrade (2010, p. 130),

A partir da república, portanto, creches, jardins-de-infância e escolas maternais Froebel, para o atendimento das crianças de 3 a 7 anos, e contrapõe-se às demais instituições por ser detentor exclusivo de uma proposta pedagógica que visava à educação integral da infância e defendia um currículo centrado na criança. O jogo e as atividades de cooperação delinearão os objetivos das propostas pedagógicas.

Nos anos 1930, segundo Filho (2005), foram muitas as iniciativas tomadas por Getúlio Vargas durante o governo provisório (1930-1934) no campo da educação. Em 14 de novembro de 1930, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos. Nesse contexto, por meio das ideias de teóricos como Jean Jacques Rousseau, Heinrich Pestalozzi, Friedrich Froebel e John Dewey, dentre outros, e pelo



avanço da sociedade industrial, começou o movimento da Escola Nova, importante movimento em prol da renovação do ensino.

A Escola Nova via a instituição escolar como o lugar privilegiado para o progresso da Nação, tendo como principais autores Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, em uma época de conflitos entre os adeptos da escola renovadora e os católicos conservadores, que detinham o monopólio da educação elitista e tradicional. “(...) Os escolanovistas desejavam a transformação do País e, por isso, não poupavam críticas ao ensino ‘tradicional’ Dentre essas, o castigo físico entrava em cena como o símbolo do professor ‘antiquado’, desatualizado e incompetente”. (SOUZA, 2009, p. 41).

A primeira creche no país foi criada no Rio de Janeiro para os filhos dos operários da Fábrica de Tecidos do Corcovado, coincidindo com o ano fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (KUHLMANN JR, 2005). Essas instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade tinha caráter assistencialista e paternalista, com a finalidade de proteger a infância. A partir disso, vão sendo criado vários órgãos, direcionando suas ações à criança como meio de protegê-las.

Nesse contexto, demanda o conhecimento de um conjunto de noções e técnicas voltadas para o cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico etc., das crianças pequenas e, portanto, “novos conhecimentos sobre a educação das crianças pequenas, como a puericultura, passava a constituir o currículo da escola normal, lugar de educação profissional, de formação das professoras, mas também lugar de educação feminina, de futuras mães.” (KUHLMANN JR, 2005, p. 184).

Surge, assim, uma preocupação com a educação física e a higiene da criança, como essenciais ao seu desenvolvimento, onde o principal objetivo era combater a mortalidade infantil em dezembro de 1923, é criado a Inspetoria de Higiene Infantil (KUHLMANN 2000, p. 3). Com a preocupação em proteger a infância,

[...] ela é substituída em 1934 pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, criada na Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933. Em 1937, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde, e aquela Diretoria muda também o nome para Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância.

Em 1940, cria-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr), em todas essas fases dirigido por Olinto de Oliveira, médico que havia participado do 1º Congresso Brasileiro de

Proteção à Infância, em 1922. Entre outras atividades o DNCr encarregou-se de estabelecer normas para o funcionamento das creches, promovendo a publicação de livros e artigos.

O Departamento Nacional da Criança (DNCr), prestava assistência médica preventiva às crianças. O DNCr foi decorrente das discussões no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, que reivindicavam o apoio governamental assistência aos pequenos. Neste contexto de preocupações com a assistência à criança, é regulada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024 de 1961). Nesse sentido, as creches eram lugar de assistência e cuidado da criança, como extensão da família, principalmente à criança desprovida dos cuidados materno, e não se configurava como lugar de formação da criança.

Conforme Kramer (2006), na década de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças menores de 7 anos, defendiam a educação compensatória como meio de compensar “carências culturais, deficiências lingüísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares” (KRAMER, 2006, p. 3). Sob influência de programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, os documentos oficiais do MEC e pareceres do Conselho Federal de Educação da época, defendiam a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar.

De acordo com Kuhlmann, Jr. (2005), no início da década de 1980, começam a falar sobre a educação pré-escolar de 0 aos 2 anos. Em 1981 foi criada a Educação Pré-Escolar, onde o MEC implementou ações de expansão do atendimento de crianças a baixo custo, defendendo uma pré-escola desvinculada da escola de 1º grau. Porém,

Essa estratégia, usada para expandir a oferta de atendimento à criança nos anos de 1980, não foi recebida com entusiasmo. A insatisfação diante das propostas de baixo custo manifestou-se; universidades, centros de pesquisa e sistemas de ensino e movimentos organizados denunciaram a precariedade de alternativas de baixo custo, exigindo educação das crianças de 0 a 6 anos com qualidade e concretização de seu papel social (KRAMER, 2006, p. 5).

Sobre a reivindicação por uma educação de qualidade para crianças menores de 7 anos, e as lutas da educação infantil, para se constituir como um direito da criança pode-se destacar como marco deste movimento a década de 1980, quando no final dos anos 80 e início de 1990 é promulgada a nova Constituição Brasileira em 1988, que definiu a creche e a pré-escola como direito da família e dever do Estado em oferecer esse serviço.

A Constituição avança no que corresponde à Educação Infantil como direito da criança e dever do Estado sendo ressaltado seu caráter educativo, em detrimento do caráter

assistencialista até então característico dessa instituição, ainda que não obrigatória. A partir dessa Constituição, vários instrumentos legais foram criados com a intenção de garantir os direitos de cidadania das crianças brasileiras de 0 aos 6 anos, dentre os quais se podem destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, que ressaltou a importância da educação infantil tornando-a primeira etapa da educação básica, em seu título II, art. 2º nos mostra que:

A educação dever da família e do estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com o artigo 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), a educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Na sociedade brasileira atual, a educação infantil apresenta uma organização no sistema educacional e uma legislação própria, tendo características bem definidas.

Esta luta pelo direito da criança à educação de qualidade vem sendo travada, historicamente, por meio de fóruns, congressos, encontros e movimentos organizados por grupos comunitários e instituições públicas. É por meio dessas organizações que a sociedade passa a exigir do Estado políticas educacionais que priorizem a educação de 0 a 6 anos.

No tópico a seguir, discutiremos a respeito dos caminhos percorridos pelo ensino infantil no Estado do Piauí, analisando as iniciativas de ações voltadas para as crianças, no Estado, bem como suas tentativas de institucionalização formal do referido nível de ensino.

## 1.5 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PIAUÍ

A educação voltada para as crianças no Piauí, ao longo da história foi abordada em dois trabalhos de grande relevância. A obra de Vieira (2011) refere-se à educação voltada para as

crianças do povo e das elites no período de 1730 a 1859. A tese defendida pela autora é a de que a educação das crianças no Piauí, tanto do povo como das elites, durante o período estudado de mais de 129 anos, esteve submetida à aquisições das habilidades de leitura e escrita, principalmente, equivalente aos seus desígnios políticos e culturais.

Já na obra de Silva (2008), faz-se uma retrospectiva histórica da realidade educacional infantil no Piauí, focalizando suas preocupações na cidade de Teresina, tendo como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1968 a 1996, demarcados pela consolidação da educação infantil na capital com as iniciativas dos trabalhos desenvolvidos pela Ação Social Arquidiocesana (ASA) e pela implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96).

No Piauí, as primeiras práticas de educação veio por parte dos jesuítas, cujo objetivo principal era o de ocupar terras herdadas de Domingos Afonso Mafrense, para a Companhia de Jesus. De acordo com Silva (2008), os jesuítas que se fixaram no Piauí em 1711, entretanto, a atuação dos mesmos, fora mais de administradores de fazendas de gados que de educadores, propriamente dito. Nesse contexto, as crianças menores de 7 anos, eram alfabetizadas em casa pelas mães, que por sua vez, ficavam encarregadas dos afazeres domésticos e cuidar dos filhos.

No Piauí oitocentista, como noutras regiões do Brasil colonial, a presença missionária foi um fator relevante para pôr, em prática, a ideia de educar e instruir crianças no interior dos colégios, seminários e conventos. Contudo, entre as famílias de posses, pareceu predominar a preferência por uma educação, inicialmente, em âmbito doméstico. (VIEIRA, 2011, p. 13).

Dessa forma, o ensino voltado para crianças pequenas no Piauí percorre por longo período sob responsabilidade da família. Como esclarece (VIEIRA, 2011, p. 22): “[...] a modalidade de educação doméstica é exercida nas casas de família abastadas”, e assim perdura por muito tempo. Sendo que:

O ensino no Piauí vem se concretizar, pelo menos formalmente, através do Alvará de 3 de maio de 1757, com a criação de duas escolas de primeiras letras, uma para cada gênero com currículo específico, na Vila da Mocha, sede da Capitania e primeira capital do Piauí, posteriormente denominada Oeiras. Estas escolas, porém não tiveram sucesso e assim foi a educação no Piauí durante todo o período colonial (REIS, 2006 apud SILVA, 2008 p. 84).

Dessa forma, as crianças pequenas, não tinham uma educação formal, uma vez que “a família era definida como o espaço privilegiado e adequado para a formação dos filhos” (CASTELO BRANCO, 1996, p.366 *apud* SILVA, 2008, p.90).

As ações oficiais direcionadas ao atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, tiveram início no ano de 1968 com a criação do Plano de Atenção ao Pré-Escolar pela Ação Social Arquidiocesana (ASA) em Teresina, se estendendo logo após para o interior do Estado.

O primeiro Jardim de Infância piauiense, funcionava no Colégio Batista Correntino - fundado na cidade de Corrente pelos irmãos Paranaguá - sob a gestão da missionária educadora norte-americana, enviada pela Junta de Richmond, Miss Juliett Barlow (BRITO, 1996). O ensino era oferecido à crianças de quatro a seis anos de idade. Sobre o funcionamento, métodos desse nível de ensino, Penno (2005, p.60 *apud* SILVA, 2008, p. 94), salienta que “[...] implantado com princípios modernos de educação, métodos e equipamentos próprios para o Jardim de Infância, de forma bem diferente que as práticas pedagógicas da época, até então embasadas nas monótonas repetições e na punição de palmatórias”.

Nota-se um diferencial nas práticas educativas da missionária, uma vez que, assim como no contexto nacional, a educação era acometida de punições, penas e recompensas, fato que difere do real objetivo da educação escolar, tendo em vista promover as capacidades físicas, psíquicas do indivíduo.

Contudo, a estruturação do ensino oficial no Piauí conforme Silva (2008), só começa a partir da reforma de 1910, no Governo de Antonino Freire, quando no “processo, são citadas as diretrizes dos níveis de ensino sob a responsabilidade do estado, ficando a educação infantil de fora, por não ser entendida como básica na preparação da futura mão-de-obra que organizaria o caótico contexto econômico do Piauí, priorizando-se o ensino primário, o normal e o profissional.” (Ibid, p.96). Dessa forma, a educação infantil, como não era entendida como nível de ensino e necessária, fica no esquecimento no Piauí por um longo tempo.

Um marco na educação voltada para crianças menores de 7 anos no Piauí se deu com a reorganização do Ensino Normal pelo Interventor Federal do Piauí, Humberto de Arêa Leão em 1931, havendo uma preocupação com a formação das professoras que atenderia esse público, garantindo, assim, uma melhoria no ensino elementar público. De acordo com Nascimento (2002, p.64-65 *apud* SILVA, 2008, p. 98):

As estatísticas oficiais indicam crescimento acentuado no número de matrículas. Entre 1930 teriam sido 7.397 alunos; em 1933, 15.000; 1937, 32.383; e em 1940, 39.882. [...] não apresentam a frequência, a evasão escolar, o índice de reprovação.

Um elemento que está diretamente relacionado com o rendimento escolar é a saúde da criança e essa, segundo um ex-diretor da Instrução Pública, Benedito Martins Napoleão, não era boa e estava intimamente ligada à dieta alimentar.

Nesse contexto a educação de crianças menores de 7 anos era atrelada ao ensino primário, sendo mencionada pela primeira vez no governo do Capitão Joaquim de Lemos Cunha, interventor militar, que estabelece o Regulamento Geral do Ensino de 1931, através do Decreto nº. 1.145 de 02/02/1931 que previa a ministração do ensino pré-escolar ao lado do ensino-primário (SILVA, 2008). O que marca um pequeno avanço desse nível de ensino, pois logo depois, em 1933, de acordo com Silva (2008, p. 99) é aprovado “o Regulamento Geral do Ensino, pelo Decreto nº. 1.438, que no Art. 3º trata da organização do ensino do Estado fazendo referência ao nível pré-escolar educativo e no Art. 4º da posição do governo em relação os jardins de infância.”, que garantia a necessária educação pré-escolar à crianças maiores de 4 anos e menores de 7 anos.

Contudo, o ensino para crianças menores de 4 anos chega ao Piauí por meio da rede privada de ensino ainda em 1930, antes mesmo da oficialização do ensino infantil pelo Regulamento Geral do Ensino de 1933,

O “Jornal do Piauí”, de 19 de janeiro de 1930, traz uma matéria em que a diretora Hilva Silva apresenta o programa de ensino aplicado no “Jardim da Infância Imaculada Conceição”, localizado em Teresina, na Praça da Independência, nº 85, com o intuito de despertar o interesse dos leitores em matricular seus filhos naquela escola. Informava que a escola atendia no horário de 8h às 11h da manhã, alunos desde a idade de 4 a 8 anos, que correspondia ao primeiro ano do jardim até o terceiro ano do curso primário (SILVA, 2008, p. 99).

Nesse mesmo ano, de acordo com (KUHLMANN, 2000), em 1933 é criado na capital, Teresina, o primeiro jardim oficial, chamado Lélia Avelino, com o objetivo de proporcionar desenvolvimento artístico da criança de 4 a 6 anos de idade e de “servir de tirocínio às futuras professoras” da Escola Normal Antonino Freire. Antes da implantação do jardim-de-infância, em 1932, foram escolhidas algumas professoras para participar de um Curso de Aperfeiçoamento em Educação Infantil, no Rio de Janeiro.

A educação de crianças menores de 6 anos era de caráter assistencialista, assim como ocorria era a realidade nacional, e as atividades eram em torno da saúde e higiene e a questão do patriotismo e da religiosidade.

Mesmo com a Nova Lei de Diretrizes e Bases, LDB N. 4.024 de 1961, que dá início a descentralização do sistema como um todo, não apresenta mudanças significativas à educação

infantil, uma vez que ainda entende a educação pré-escolar dentro da estrutura de ensino primário. O Sistema Escolar piauiense de acordo com Brito (1996, p. 122-128):

[...] só se organiza, a partir da vigência da Lei Estadual nº 2887, de 05/07/1968, praticamente sete anos após a vigência da Lei Federal 4024/61. [...] O ensino, estruturado nos três graus, primário, médio e superior, incluía: No grau primário: a escola pré-primária, compreendendo a escola maternal, para crianças de 2 a 4 anos e o jardim de infância para crianças de 4 a 6 anos.

Como podemos perceber as mudanças em torno da educação no Piauí, principalmente quando se tratava do ensino pré-escolar, aconteciam de forma lenta e pouco significativa, uma vez que era considerada uma extensão do ensino primário, e, portanto, não considerado obrigatório, apesar do discurso nacional em torno da importância da educação de crianças de 04 a 06 anos como bem salienta Silva (2008),

O Piauí como o restante do país retrocedeu em relação às políticas direcionadas para o pré-escolar, pois, marginalizou e excluiu a população mais carente, de faixa etária de zero a seis anos de idade, com uma educação preocupada mais em compensar a carência econômica e social, do que em oferecer um ensino de qualidade, sem distinção de classes. (p. 110).

A responsabilidade com a pré-escola no Piauí ficou durante 10 anos a cargo da Ação Social Arquidiocesana (ASA); do Serviço Social do Estado (SERSE) e da Secretaria do Trabalho e Promoção Social (SILVA, 2008) e somente em 1976 é que a secretaria de educação toma para si a responsabilidade com esse nível de ensino.

Em 1978 o Piauí, seguindo as diretrizes nacionais em relação à pré-escola no Governo de Lucídio Portela, implanta o Projeto Casulo, no mesmo ano da implantação em nível nacional, sob subordinação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esse projeto tinha como um dos objetivos preparar para o 1º grau e, conseqüentemente, reduzir o número de reprovação também se caracterizando como assistência a crianças oriundas de famílias de baixa renda.

De acordo com Silva (2008, p. 112),

A década de 80 representou o momento de redemocratização do país e de grande participação da sociedade na discussão sobre os direitos da criança, e entre eles o direito à educação infantil, “uma reivindicação como direito da criança e não mais uma assistência às trabalhadoras ou simplesmente pobres”, Secretaria Municipal de Educação (SEMEC, 2008, p.11).

Nesse período, devido os problemas originados pela seca, e tendo em vista a educação como instrumento que impulsionaria o Estado, é dado prioridade a educação pré-escolar combatendo dessa forma a evasão das séries seguintes, aumentando o número de creches existentes no Estado, o que nos mostra que até então a educação pré-escolar era vista como uma solução para os problemas do 1º grau.

Contudo, o déficit no atendimento a população de 4 a 6 anos no Estado ainda era grande, apesar do conhecimento da importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança. Sendo o setor privado que liderava o atendimento a esse público. Entretanto, de acordo com Silva (2008), havia uma preocupação por parte do governo com a educação de crianças de 4 a 6 anos,

Na medida em que a demanda crescia para o ensino pré-escolar no Estado, tanto para a capital como para o interior, forçava uma tomada de posição do governo. E foi isso que aconteceu, em 1982, foi implantado no interior do Estado os Centros Pré-Escolares, que até então era desprovido desse atendimento. (SILVA, 2008, p. 113).

A partir de então vários projetos em relação à Pré-escola foram criados no Estado. O Projeto Poti, por exemplo, que intensificou as ações do Governo no campo social integrado intensificou sua ação no campo social, integrando a ele os setores educacionais e da saúde, surgiu como uma ação inovadora na Educação Pré-escolar piauiense, resultado de convênio realizado entre a Secretaria de Educação e a Fundação Bernard Van Leer da Holanda. Entretanto, as ações em torno da educação infantil no Estado se configuravam como puramente assistencialista continuando assim por vários anos.

A educação infantil toma novo rumo com a promulgação da Constituição de 1988 que reconhece a educação de 0 a 6 anos como um direito da criança e dever do Estado, bem como parte do sistema educativo, o que é reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 54, em 1990, marcando a inserção da criança como cidadã na sociedade brasileira e logo após com a nova LDB de 1996, que determina a educação infantil como um nível de ensino e primeira etapa da educação básica, sendo oferecido em creches para crianças de até 3 anos e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos e, portanto, importante no desenvolvimento da criança.

No capítulo a seguir, abordaremos sobre os caminhos percorridos durante a pesquisa. Nele realizamos uma abordagem sobre o tipo de pesquisa, as estratégias, os sujeitos da pesquisa e a análise dos dados.



## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo faz uma abordagem sobre a metodologia utilizada durante a realização da presente pesquisa, que teve como objetivo central compreender a estruturação do ensino infantil em Valença do Piauí de 1983, ano que corresponde a criação do Pré-Escolar Municipal na cidade, ao ano de 1996, data que corresponde a implantação do Centro de Apoio Integrado à Criança (CAIC) na cidade, bem como analisar as memórias dos sujeitos que vivenciaram a educação infantil no contexto mencionado.

### 2.1 TIPO DE PESQUISA

A elaboração de uma pesquisa científica é sempre uma opção, reflete escolhas, caminhos a serem percorridos. Para a realização do presente trabalho optamos pela pesquisa de caráter historiográfico fundamentada na Nova História Cultural pelo fato da mesma possibilitar o estudo de novas abordagens e direcionar, segundo Silva (2008), nossos olhares para fenômenos não investigados pela história oficial, além da pesquisa bibliográfica, na qual foram feitas leituras de livros, estudo de textos, artigos, dissertações, pesquisas na internet, dentre outros.

A fundamentação teórica deste estudo está ancorada nas ideias de autores como Aranha (2006), Ariès (1986), Burke, (1992), Brito, (1996), Ghiraldelli (2009), Silva & Mota (2013), Silva (2008), Veiga (2007, 2010), Thompson, (1992), entre outros que estudam a história e memória da educação e direcionam seus estudos a História da infância e da história da educação infantil no Brasil e no Piauí.

A investigação foi pautada no marco temporal compreendido entre 1983 a 1996 que abrange um recorte temporal de 13 anos, até a criação do Centro de Apoio Integrado à Criança (CAIC) na cidade de Valença do Piauí, onde houve uma grande expansão na oferta de ensino infantil, atendendo à população de todos os bairros da cidade.

### 2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para o levantamento de dados, optamos pelo procedimento de entrevista, que se justifica pelo fato de nos permitir maior apanhado de informações, uma vez que o entrevistado tem total liberdade em se expressar. O uso de entrevistas na perspectiva da “História oral de vida”, conforme Alberti (2005, p. 155),

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.

Para coletarmos as informações de nossos atores e reconstruirmos a História da Educação Infantil em Valença do Piauí, aplicamos a técnica da entrevista semiestruturada. Este tipo de entrevista favorece segundo Meirelles, “momentos ricos de conhecimento do objeto de estudo, pois permitem que as diferentes experiências e percepções dos sujeitos entrevistados formem um quadro significativo à compreensão do nosso problema de pesquisa” (2005, p. 26), além de possibilitar um maior apanhado de informações que não seriam possíveis em outras técnicas, como o questionário, por exemplo, por ser muito direto e objetivo.

As entrevistas foram realizadas com sujeitos da história da educação infantil como professores, ex-alunos e gestores do período pesquisado, buscando dar significado à voz daqueles que participaram da educação infantil da referida época. A técnica de entrevista semiestruturada permite ao entrevistado contribuir no processo de investigação com liberdade e espontaneidade, sem perder a objetividade. No entender de Triviños (1987, p.146), a entrevista semiestruturada é:

[...] aquela que parte de certos conhecimentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta forma, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar do conteúdo de pesquisa.

Dessa maneira, a entrevista semiestruturada, nos permitiu coletar dados referentes os à educação infantil no município de Valença do Piauí.

## 2.4 SUJEITOS DA PESQUISA

No quadro nº 1, a seguir, apresentamos os sujeitos pesquisados, que com seus depoimentos contribuíram para a reconstituição da história da educação infantil em Valença do Piauí. Para facilitar a compreensão do leitor, sistematizamos os nomes dos sujeitos em

ordem alfabética, destacando sua formação, período em que atuou e a sua função na educação infantil.

Sobre os sujeitos da pesquisa é importante lembrar que estas pessoas não foram escolhidas de forma casual, mas a partir de alguns critérios, por exemplo, o de terem feito parte da geração que vivenciou as experiências referentes à temática no período pesquisado ou terem desenvolvido um trabalho significativo com ou para as crianças de Valença, além de terem feito parte do quadro de funcionários da rede estadual, municipal de ensino da referida época.

	<b>SUJEITO DA PESQUISA</b>	<b>FORMAÇÃO ATUAL</b>	<b>PERÍODO EM QUE ATUOU NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>FUNÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>
01	Maria Clotilde Reis	Pedagógico	1985	Professora
02	Joana Luciana	Ginásio	1973	Auxiliar
03	José Antonio Filho	Agropecuária	1983	Secretário de Educação
04	Maria Iolanda Pereira da Cruz	Pedagógico	1979	Professora
05	Marlene da Costa Lima Sousa	Pedagógico	1970	Professora
06	Wesley da Cunha Silva	História	1995	Estudante
07	Raimunda da Costa Lima	Ginásio	1958	Professora
08	Lucielma Lima	Letras-Inglês	1996	Gestora
09	José Carlos	Téc. Segurança do Trabalho	1999	Estudante

Quadro 1– Identificação dos sujeitos pesquisados

FONTE: Dados pessoais dos sujeitos desta pesquisa (2015)

Tivemos algumas dificuldades no que se refere a entrevistar os sujeitos da relacionados à pesquisa. Muitos dos sujeitos definidos inicialmente - por entendermos de suma importante

sua contribuição no processo de institucionalização do ensino infantil na cidade – não puderam/quizeram nos conceder entrevista. No entanto, esses acontecimentos não causaram prejuízos à pesquisa. Recorremos à outras pessoas que também fizeram parte dessa história, que se prontificaram de modo gentil para atender-nos, não tendo restrição quanto à utilização das respostas, foram muito educados e atenciosos na realização das entrevistas.

No decorrer do trabalho, observamos os depoimentos que foram dados pelos sujeitos na entrevista, e assim poderemos conhecer a história da educação infantil na cidade de Valença, ou seja, como esta se constituiu.

## 2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados, por meio das entrevistas realizadas com alguns sujeitos que fizeram parte da história da Educação Infantil na cidade de Valença do Piauí, tivemos o material necessário para iniciarmos as análises. Esse foi um momento muito importante da pesquisa, que para tal, procuramos seguir as três etapas sugeridas por Delgado:

A análise temática de seus conteúdos, destacando-se temas gerais; realização de nova análise das narrativas, de acordo com os temas destacados anteriormente, objetivando compreender com maior profundidade o conteúdo dos depoimentos, procurando inclusive entender sua especificidade; realizar o agrupamento de um conjunto de entrevistas no qual cada depoimento possa se constituir como unidade especial, e o conjunto deles possa ser cruzado, comparando-se as versões e as informações obtidas (DELGADO, 2006, p.29 - 30).

Para isso, começamos com o lento e laborioso processo de transcrição das entrevistas. Nesta primeira etapa, procuramos reproduzir fielmente “tudo que foi dito nas entrevistas, sem cortes e sem acréscimos”, como sugere Delgado (2006).

Na segunda etapa, verificamos falhas importantes que pudessem prejudicar o conteúdo da entrevista, como conferir nomes que não ficaram claros nas entrevistas, em alguns casos, recorremos novamente ao entrevistado para conferir tais questões.

Na terceira etapa, após a organização e leitura dos dados coletados, partimos para a análise dos dados. Procuramos, nesta etapa, estabelecer ligações das informações obtidas através de nossos depoentes e os objetivos da nossa pesquisa, pois, como “as entrevistas são, usualmente, integrantes de uma pesquisa individual ou coletiva, com objetivos, problemas, ou

hipoteses previamente estabelecidos, sua análise deve estar vinculada às questões propostas pelo projeto que as motivou e orientou.” (DELGADO, 2006, p. 29).

Nesse sentido, a análise dos dados se deu de forma que nos possibilitasse responder os problemas de nossa pesquisa, levando em consideração cada detalhe da fala dos entrevistados, buscando fazer ligação dos mesmos com os demais depoimentos, a fim de reconstruirmos a história do ensino infantil no município de Valença do Piauí.

### 3 ACHADOS DA PESQUISA

Neste capítulo pretendemos apresentar uma visão histórica da Educação Infantil em Valença do Piauí, no período de 1983 a 1996, discutindo os resultados da pesquisa de campo. Para tanto, o estruturamos em quatro tópicos que contemplam esse complexo processo de constituição, por meio dos relatos orais de alguns dos depoentes que vivenciaram esta história.

Realizamos um recuo histórico abrangendo os passos da educação num período anterior ao período pesquisado, a fim de compreendermos os percursos e rumos tomados no contexto educacional infantil no período da presente pesquisa na cidade de Valença do Piauí.

#### 4.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VALENÇA

A educação, em geral, na região de Valença do Piauí foi permeada por lentidão e descaso por parte dos políticos locais. A respeito disso Coutinho (2000, p. 16) salienta que:

A lei de 15 de outubro de 1827 deu lugar à criação das escolas oficiais na província. Porém, Valença só veio a ter a sua primeira escola a 30 de novembro de 1831, dedicada exclusivamente ao sexo masculino. Assim, Alencastre nos explica este atraso educacional: “As escolas do Piauí são criadas por empenho e afilhadagem, e Valença nunca teve um representante na Assembleia provincial que se lembrasse de proteger alguma valiosa pessoa, menos valiosa para dirigir uma escola.

Tendo em vista os passos lentos em que caminhava o setor educacional valenciano, a educação primária na cidade, até o início dos anos de 1939, era representada pelas escolas isoladas formadas de uma só classe que, em sua maioria, funcionavam em prédios ou casas cedidas pela comunidade, ou alugadas pelo governo ou mesmo nas residências dos próprios professores, não oferecendo, assim, espaço adequado aos objetivos escolares. Em seu depoimento, o Professor José Antônio Filho, popularmente conhecido como professor Beto, rememora que:

A grande maioria era escolas isoladas. Escola isolada significava dizer que todo mundo estudava tudo na mesma sala, 1º ano, 2º... Crianças, adolescente... Todos sendo alfabetizados junto. Era num casa de uma família, a professora era a dona da casa, normalmente, dava aula, mas também fazia o almoço. Era uma mistura terrível, para atender, nem que não tivesse uma finalidade, um objetivo comum, mas pelo menos tinha aquela escola lá para dizer que tinha. Ai no decorrer do tempo, o governo federal financiou a construção de escolas. Que eram os grupos escolares, eliminando essas escolas isoladas. (FILHO, 2015).

Podemos perceber, com o depoimento, que as primeiras práticas de educação em Valença aconteciam em casas nas chamadas escolas isoladas, onde crianças, adolescentes e adultos eram alfabetizados simultaneamente. E, de acordo com o depoente, não tinha uma organização da rotina e nem e objetivos pré-definidos, mas fica evidente que o objetivo comum era o ensino das primeiras letras e números. Sobre os métodos de ensino da época, a professora aposentada Raimunda da Costa Lima lembra que:

Naquele tempo alfabetizava pela carta do ABC, aí quando eles conheciam as letras, a gente colocava logo pra eles cobrir. Depois eles o faziam, pois já conheciam as letras, e, então, eles iam ler. Liam soletrando, depois liam corretamente. Tiravam conta de dividir, conheciam a tabuada. Conhecendo a tabuada, no instante eles tiravam conta, não precisava contar nos dedos, calculadora, celular, nem nada, porque hoje eu conheço professora que passou pela universidade e vai tirar uma conta de dividir e somar na calculadora.

Eu começava ensinando o alfabeto, de 5 em 5 letras até eles aprenderem. Eu cobria a letra com um pedacinho de papel e perguntava: que letra é essa? Aí eles respondiam qual era. Nessa época se usava muito os castigos. Eu usava aqui, acolá... (risos). A palmatória era usada, na tabuada. A gente chamava de argumento. Fazia aquele círculo e ia perguntando:  $2 \times 2$ ? O que não acertava, a gente pegava a palmatória e dava um bolinho. (LIMA, 2016).

Lima (2016) relembra o uso da palmatória, o que para ela não consistia em agressões a criança, apenas um método de ensino que, segundo ela, era muito eficaz! Veiga (2007), explica que outrora, não se tinha noção sobre as condições de aprendizagem nas diferentes etapas da infância, por tanto, castigos físicos para garantir o aprendizado era muito comum.

O primeiro grupo escolar criado nessa região, data-se de 1939, que, com o fim das escolas isoladas deu início a criação do Grupo Escolar Cônego Acylino. De acordo com dados levantados no referido grupo escolar, este iniciou suas atividades em 14 de fevereiro de 1934, como consta no primeiro livro de ponto encontrado na escola, no qual aparece com o nome inicial de ESCOLAS AGRUPADAS CÔNEGO ACYLINO, onde funcionavam duas classes mistas, sendo uma de 1ª e outra de 2ª e 3ª série. Apenas em 1939 é que começou a funcionar no prédio atual.

O Grupo Escolar Cônego Acylino foi por muito tempo a única escola de alfabetização pública da cidade, ou seja, onde as crianças tinham o primeiro contato da criança com o universo das letras e números, uma vez que não existia educação para crianças menores de 7

anos na região. A maioria dos entrevistados iniciou sua vida escolar no referido grupo escolar e dele trazem muitas lembranças.



Figura 2 Unidade Escolar Cônego Acilino  
Arquivo: Francisca Raimunda, 2015.

Sobre a educação de crianças menores de 7 anos, até a década de 1970, não havia na cidade uma escola oficial que ofertasse esse nível de ensino. As crianças eram alfabetizadas em casa pela mãe ou algum membro da família, fora isso, a criança só tinha acesso à educação aos 7 anos de idade quando ingressava no ensino primário. Sobre essa questão de educação em casa, no Piauí, Ferro destaca:

Observa-se nesta época, de forma enfática, a responsabilidade das famílias sobre a escolarização dos filhos. Em muitos casos as primeiras letras eram ensinadas no próprio ambiente doméstico por pais, parentes ou professores contratados pelas famílias. Em outros casos, famílias se agrupavam para a contratação de professores para o ensino dos seus filhos. Tratava-se de espécie de educação sob a orientação e responsabilidade familiar direta (FERRO, p.91, 1996).



Entretanto, essa não era a realidade de muitas famílias na região de Valença. Muitos pais não eram alfabetizados e nem tinham condições de contratar um professor que alfabetizasse seus filhos. A falta de um estabelecimento que ofertasse educação para as crianças em idade pré-escolar surtia efeito quando da entrada dessas crianças no primário, no Grupo Escolar Cônego Acylino, onde iriam começar a serem alfabetizadas. As professoras percebiam a dificuldade das mesmas em se adaptar ao universo escolar, quando, no restante do país, as crianças dessa idade já tinham começado o processo de alfabetização, uma vez que no Piauí o ensino pré-escolar, mesmo ao lado do ensino-primário, é instituído desde 1931, com o decreto nº. 1.145 de 02/02/193. As crianças chegavam à 1ª série sem saber ao menos pegar no lápis, como nos conta a professora Maria Clotilde Reis:

Quando eu comecei a dar aula no Cônego Acylino eu recebi turmas com 35 alunos. Alunos que não sabiam nem pegar no lápis. A gente ensinava até pegar no lápis, ensinava como escrever. Naquela época, o aluno entrava na escola com 7 anos, mas a gente com a habilidade, conquistou esse alunado. Os alunos não sabiam de nada! Mas no final do ano passava mais da metade. E eu não passava aluno sem saber ler não, não... eu só passava se ele soubesse ler e escrever e soubesse mesmo, se não fosse, eu não passava não. Naquela época, o aluno obedecia ao professor. Eu mais cinco professoras, nessa equipe de 1ª série e, quando era no final do ano os alunos saíam sabendo ler e escrever. (REIS, 2015).

Nota-se com o depoimento, a necessidade da oferta de uma educação pré-escolar na região. Contudo, o trabalho das professoras primárias, era louvável, pois mesmo sem as condições necessárias de trabalho, elas cumpriam o papel ímpar de alfabetizadoras, grandes responsáveis pela alfabetização de centenas de crianças durante muito tempo até a implantação da primeira pré-escola na cidade.

Da dificuldade em se trabalhar na época, devido à falta de recursos por parte dos gestores municipais, comenta a professora:

Naquela época, a gente era tudo. Eu mesma cansei de trazer material de casa pra dar aula, porque não tinha nada. Não era como hoje que tem tudo. Naquele tempo não tinha financiamento para escola. Era a gente fazendo “dindim”, fazendo coisas para arrecadar dinheiro. Não tinha nada, não. Depois, no tempo do Mão Santa é que vinha dinheiro pros colégios, já vinha direto pros colégios. Naquele tempo, o dinheiro da merenda escolar vinha era todo para os prefeitos. E eles mandavam aqueles “pinguinhos véi” de merenda escolar. Aí hoje não. Hoje, o dinheiro vem pra cada colégio, aí os diretores vão comprar o que precisa (REIS, 2015).

Apesar de todo um discurso nacional em relação aos direitos das crianças, com vários debates em nível não só nacional, mas também mundial, culminando com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959 e a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases, LDB n. 4.024 de 1961, que faz referência pela primeira vez à educação pré-escolar que a destina aos menores de sete anos, que serão atendidos em escolas maternas e jardins de infância Silva (2008), Valença se encontrava totalmente alheia à nova lei.



Figura 3 Criança com 4 anos no Prezinho.  
Arquivo: Joana Luciana, 1973.

Cenas como a vista na imagem a cima só aparece em Valença por volta da década de 1970, por iniciativa da Superintendente da Educação Rosinha Martins, quando cria a primeira escola voltada para alfabetização de crianças, etapa anterior da sua entrada no ensino primário. Recorrendo a memória de quem vivenciou essa época:

A primeira iniciativa de Alfabetização aqui em Valença foi da dona Rosinha Martins, na década de 1970. O nome da escolinha era Céu Azul, que funcionava na casa do Arimatéia. Essa escolinha era particular. Mas A gente pagava uma pequena taxa, não era um preço exorbitante. Lá era ensinado as primeiras letras, pintar, coisas correspondente à educação infantil, que eram necessárias, mas que as crianças só iam aprender quando tivessem 07 anos, que podiam se matricular no ensino primário. (SOUSA, 2015).

Fica evidente no depoimento que a educação de crianças menores de 7 anos na região valenciana era esquecida pelo setor público, logo, esse nível de ensino na cidade era um privilégio das famílias mais abastadas que podia matricular seus filhos na escola privada. Percebe-se que, no Piauí, as transformações no campo educacional, ocorriam de forma lenta, ou seja, as mudanças demoravam muito tempo para serem operacionalizadas, principalmente aquelas direcionadas à pré-escola. Em Valença elas praticamente não existiam.

Ainda em meados da década de 1970, foram sendo criadas várias escolinhas particulares como “O Guri”, “Escolinha Opção”, “Escolinha Três Irmãos” - instaladas em casas que procuravam adaptar para o funcionamento das escolinhas<sup>1</sup> - que ofereciam ensino para crianças de 2 a 6 anos pela cidade, o que favorece apenas os já favorecidos da região. As crianças das classes mais baixas continuavam sem ter acesso à educação até a chegada de seus 7 anos.

É criado na década de 1970 políticas de compensação, para combater a desigualdade e democratizar a educação. A respeito disso, Kramer (2006, p. 3), destaca:

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar.

No bojo dessas políticas, a década de 1970 foi muito representativa para a história da educação infantil de Valença, quando surgem primeiras iniciativas de educação gratuita para crianças antes da idade escolar, quando são implantadas algumas salas para crianças pequenas nas escolas primárias, logo depois uma creche no prédio do Centro Social Urbano – CSU, em parceria com a Secretaria de Assistência Social.

Depois disso, então, os gestores políticos sentiram a necessidade de um estabelecimento que ofertasse educação à criança antes de sua entrada no ensino primário, passando a exigir do governo essa oferta. Cria-se, assim, a Unidade Escolar Carmina Veloso para alfabetizar as crianças menores de 7 anos da classe menos favorecida em nível pré-escolar, conhecido por

---

<sup>1</sup> As escolinhas particulares para criança funcionam em casas antigas, que possui, geralmente, um amplo jardim, onde transforma no pátio recreativo, e os cômodos da casa transformam em salas.

“prézinho”. Nesta escola estudaram grandes nomes da cidade como: Petrônio Portela<sup>2</sup>, que é o valenciano mais conhecido, depois do mestre Dezinho<sup>3</sup>.

Sobre essa iniciativa, as memórias nos forneceram algumas informações sobre a origem e funcionamento do “Prezinho” na escola Carmina Veloso:

O Carmina foi criado e destinado só para o “prézinho” e alfabetização. Porque não tinha educação do município era tudo na parte estadual, como as crianças chegavam ao primário sem saber nem pegar no lápis, precisava de uma escola pra prepará-los para o primário. Como não podia colocar os alunos de 5, 4 anos juntos com os outros maiores, foi criado o Carmina. Ele era mais como uma escola particular, colocava os filhos dos “dondocas”, os filhos dos pobres não frequentavam, até porque as mães não queriam perder tempo de esta levando e buscando menino no colégio porque não era o tempo. Quando fosse o tempo, sim, mas agora não porque não era “obrigado”. Mas as turmas eram cheias. As professoras eram escolhidas, pois quem frequentava eram os filhos das pessoas mais de condição. (SOUSA, 2015).

A Unidade Escolar Carmina Veloso foi a primeira iniciativa de oferta de educação infantil pública em Valença, o que representa uma conquista para o direito ao acesso à escola das crianças da classe menos favorecida. Entretanto, de início, a oferta não foi atrativa à população a quem era preferencialmente destinada, pois as famílias de posses é quem matriculavam suas crianças na escola. Isso nos faz perceber, a falta de orientação a respeito desse nível de ensino e um certo distanciamento desses setores das aspirações por escola. Ainda mais se tratando de uma cidade interiorana, onde predominava os serviços rurais, onde a mão de obra infantil era muito necessária e utilizada. Os pais não gostavam da ideia de colocar seus filhos para “perder tempo” antes da idade obrigatória. As famílias de baixa renda não tinha percebido, ainda, a importância desse período para o processo de socialização escolar da criança.

---

<sup>2</sup> José Alves de Oliveira, conhecido como Mestre Dezinho é considerado o precursor da arte santeira no Estado do Piauí. Nasceu no dia 2 de março de 1916 no município piauiense de Valença do Piauí e faleceu aos 74 anos em fevereiro 2000, em Teresina-PI.

<sup>3</sup> Petrônio Portela Nunes, considerado um dos mais habilidosos políticos do seu tempo, filho de Eustáquio Portela Nunes e de Maria de Deus Ferreira Nunes nasceu em Valença do Piauí-PI no dia 12 de outubro de 1925 e faleceu no dia 6 de janeiro de 1980.



Figura 4 Unidade Escolar Carmina Veloso.

Fonte: <http://www.escol.as/52854-unidade-escolar-carmina-veloso>.

Outro marco na história da educação infantil em Valença, a nível municipal, foi a iniciativa dos senhores Alfredo Lima e do Zé Nita, então diretores do Centro Recreativo dos Operários de Valença do Piauí (CROVAPI Club)<sup>4</sup> – em conjunto com Dona Rosinha Martins<sup>5</sup> criaram um projeto de alfabetização, oferecendo alfabetização gratuita às crianças preparando-as para o seu ingresso no ensino primário. Foi uma iniciativa importante, embora não se tivesse em mente um projeto de educação infantil, o ex-aluno, hoje professor de Matemática, Ivanilson Paulo da Silva em seu depoimento lembra que era oferecido:

A base do letramento, números, o que foi muito significativo para mim. Quando eu fui para o Cônego, eu já sabia ler e escrever, enquanto tinha colegas de sala que estava aprendendo a pegar no lápis. Então, essa iniciativa era importante. Além de brincarmos no espaço amplo que é o CROVAPI. (SILVA, 2015).

A partir dos anos 1981, com a proposta de educação para todos, é lançado o Programa de Educação Pré-escolar (XAVIER; NORONHA e RIBEIRO, 1994). Seguindo os parâmetros nacionais é implantado em Valença o Pré-Escolar municipal. Segundo José Antonio Filho, coordenador de educação da época, até 1983, a Prefeitura não dispunha de uma Secretaria de Educação estruturada e organizada. Suas atividades eram coordenadas por um setor

<sup>4</sup> Centro de lazer dos sócios da classe de operários de Valença.

<sup>5</sup> Superintendente de Educação nos anos 1970 em Valença.

denominado Pró-município<sup>6</sup>. Esse órgão supervisionava todos os níveis de ensino, inclusive o pré-escolar. Mesmo com a implantação do Pré-Escolar, existia ainda um grande e grave descaso com esse nível de ensino, Filho (2015) recorda que:

O pré- escolar recebia os piores professores. Por exemplo, quem não sabia lecionar, que não possuía nenhuma formação, ia para o pré- escolar porque lá não ia ensinar nada mesmo. Era mais cuidar da criança. Os melhores professores eram destinados para o ensino fundamental, ensino médio. Quando o prefeito arrumava um emprego e a pessoa não sabia fazer nada, colocava pra ser professor no pré-escolar, pra sentar no chão ficar brincando com criança. (FILHO, 2015).

A educação infantil, ou práticas educativas voltadas para crianças antes da sua entrada no ensino primário, apesar de já está estabelecido nas diretrizes de base da educação, em Valença passava despercebido pelas autoridades política. Apesar do Decreto nº. 1.438, que faz referência ao nível pré-escolar educativo no Estado (SILVA, 2008), no município de Valença este nível só é implantando oficialmente em 1983, oferecendo ensino para as crianças de 2 a 6 anos.

Fica evidente no depoimento que a intenção do município ao ofertar esse nível de ensino não significava que existia um entendimento da importância do mesmo no desenvolvimento da criança, falta de objetivos, o que configura, assim, a educação infantil como apenas assistencial e não educativo, como no cenário nacional como destaca Silva (2008).

Na década de 1990, na gestão do prefeito Francisco de Assis Alcântara, a prefeitura municipal, inaugura a primeira creche gratuita da cidade, a creche Mãe Maria primeira instituição voltada de fato para atender crianças menores de 7 anos.

---

<sup>6</sup> Coordenadoria do órgão municipal, responsável pela assistência às escolas municipais da cidade e às localizadas na zona rural, na época.



Figura 5 Placa de inauguração da Creche Mãe Maria.  
Arquivo: Francisca Raimunda, 2015.

A década de 1990 foi de mudanças significativas para a educação infantil na cidade, começando pela criação da Creche Mãe Maria<sup>7</sup>, que foi um dos primeiros avanços na educação infantil da cidade, pois se configura como primeiro estabelecimento oficial direcionado para a educação de crianças de 03 a 06 anos de idade. A educação infantil fica então como responsabilidade do município, determinado pela Constituição de 1988 e reforçado pela LDB 9394/96, que enfatizou que a mesma é de responsabilidade do sistema municipal, com a colaboração tanto dos estados quanto da União.

No ano de 1991, o Governo Federal cria dos Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC), atualmente denominado Centro de Apoio Integrado à Criança (CAIC). Essas instituições escolares foram pensadas de modo a abrigar diferentes segmentos de ensino: a creche, a pré-escola e o ensino de primeiro grau. Em Valença começa a construção do CAIC em 1992, mas, ele só abriu as portas em 1996, com o nome de Escola Municipal Oto Martins Veloso.

A implantação do CAIC foi uma conquista para os direitos das crianças na cidade, uma vez que incluía a educação infantil, ofertando assim, um maior número de vagas para crianças de 4 a 6 anos de idade do município. Passa-se a ter, então, um novo olhar para esse nível de ensino, passando a ser considerado como uma etapa da educação básica e imprescindível no desenvolvimento da criança.

<sup>7</sup> Nome dado em homenagem à Dona Maria Matias, mãe do Sr. Joaquim Lima Verde, que já foi Prefeito da cidade, embora a creche tenha sido inaugurada na gestão do prefeito Alcântara.



Além da unidade ofertar ensino fundamental I e II, é incluso, também, a educação infantil, a estrutura da área que corresponde à educação infantil é bastante ampla e foi totalmente pensada com o mobiliário adaptado para crianças, desde as carteiras até o banheiro. Devido à qualidade do trabalho desenvolvido na escola, a demanda de mães a procura de vaga para seus filhos foi aumentando gradativamente, chegando a um ponto que ficava inviável um único diretor para atender toda a escola. Assim, a gestão decidiu dividir a escola em dois setores, infantil e fundamental, com direções distintas. Passaram a denominar o infantil de Ensino Infantil CAIC – EIC. Na foto abaixo a entrada do EIC.



Figura 6 Ensino Infantil CAIC - EIC  
Arquivo: Francisca Raimunda

Recorrendo mais uma vez à memória de quem viveu essa história, a fim de compreender como se deu a implantação do EIC e quais significações trouxe a população a até então, diretora do ensino infantil, Lucielma Lima nos conta que:

[...] houve muitas mudanças no ensino infantil. Como eu tinha uma filha pequena, eu via a necessidade de ser implantada muita coisa no ensino infantil do município. Quando você está na frente de uma coisa, você quer mostrar trabalho diferenciado, quer ser pioneira em alguma coisa. E aí eu vi que o ensino infantil do município deixava muito a desejar. Como minha filha iniciou lá no CAIC, quando ela foi para a escola particular e logo em seguida eu assumi o CAIC, eu percebi que precisava de muita coisa para realmente melhorar. A gente fez uma revolução no ensino infantil, tanto é que hoje o ensino infantil CAIC, é referencia não só na nossa cidade. Todas



as pessoas que chegam de fora, de Brasília, São Paulo - que a gente recebe muitas crianças de fora- o pessoa já vem com informações do CAIC, que a gente apelidou de EIC – Ensino Infantil CAIC. Na realidade é Unidade Escolar Oto Martins Veloso, ensino infantil e fundamental, pois é uma escola só. Mas como ela é uma escola matriz, uma escola grande, não tem como um diretor só tomar conta do ensino infantil e do fundamental menor e maior, houve essa divisão, mas ela é uma escola só. (LIMA, 2016).

Como podemos perceber no depoimento, o EIC foi o início a uma nova etapa na educação infantil em Valença. Ampliando assim, o acesso à educação às crianças das classes sociais menos abastadas. Quando começou o EIC, o ensino infantil era o maternal de 3 anos, o pré I de 4 anos, o pré II de 5 anos, que é uma pré-alfabetização e alfabetização. Hoje, o EIC é estruturado com classes de crianças de nível Baby, infantil I, II e III.

Apesar de está estabelecido na LDB de 96 a obrigatoriedade de está na escola crianças a partir de 4 anos, criou-se o nível Baby no EIC:

A lei diz que a criança de 4 anos é obrigatório está na escola, aí tem aquelas de 3 anos e meio, que a gente pega por isso criou o nível baby, que é onde preparamos a criança pra iniciar sua vida escolar, aonde ele vai se familiarizando com a escola, quando ele chega ao maternal, já não tem mais aquele estranhamento, porque ele já conhece o ambiente, o professor. As pessoas confundem muito a pré-escola com a creche. Porque a creche nesses lugares grandes é realmente onde os pais deixam as crianças para ir trabalhar. A gente tem muita dificuldade com os pais que vem de São Paulo. Porque lá a criança aprende brincando, aqui não, a criança vai para a escola para aprender, para estudar. Tem o horário de brincar, horário do vídeo, da brinquedoteca, tudo educativo, para a criança aprender. Lá onde ele vai brincar com a massinha de modelar, para desenvolver a coordenação motora, tem os brinquedinhos educativos, para aprender as cores, os numero (LIMA, 2016).

Esse pensamento remete muito a puericultura, forma com que a educação infantil foi entendida durante muito tempo, uma vez que a creche historicamente assumiu uma função de cuidar e prestar assistência. Mudanças históricas significativas na História da Educação Infantil na cidade de Valença ocorreram e a educação infantil deixou seu papel puramente assistencialista e passou a ser um espaço educativo, que considera a criança como um sujeito de aprendizagem. No tópico a seguir, apresentaremos alguns aspectos sobre o perfil das professoras que fizeram e que fazem parte da história do ensino infantil em Valença.

### 3.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Os professores que trabalhavam com crianças em Valença, nos anos que corresponde a pesquisa, em sua maioria, possuíam apenas o nível de ensino ginásial<sup>8</sup>. Porém, pode-se afirmar que somente após a promulgação da Constituição de 1988 e a vigência da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), a Educação Infantil ganha maior importância, na medida em que a criança é reconhecida como sujeito de direitos e sua educação passa a se considerar como um nível de ensino. Neste cenário, a discussão sobre formação docente para a Educação Infantil, está ligada à educação como direito. Oliveira (2008, p. 57-58) observa que:

É comum escutar relatos de professoras que acreditam que o trabalho com a educação infantil é, simplesmente, realizar algumas atividades de pintura, desenho, recorte, colagem, etc., para passar tempo, ou seja, “olhar” as crianças enquanto brincam. Essas professoras não estão cientes da relevância de cada uma dessas atividades, que cada uma delas deve ter um propósito, um objetivo a ser alcançado.

Ao falar da escolaridade das profissionais da educação infantil, tomamos como referência o art. 62 da LDB 9.394/96, que assegura que a atuação na educação básica requer profissionais com formação superior e, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, ter no mínimo a formação em nível médio (Brasil, 1996).

Invocando a memória de quem viveu as experiências de sala de aula, aspectos do cotidiano da educação infantil de Valença puderam ser resgatados. Na página à seguir, temos a foto da primeira professora normalista de Valença do Piauí.

---

<sup>8</sup> Este nível é o que hoje é referente ao ensino fundamental do segundo ciclo.



Figura 7 Professora Maria Dos Prazeres.  
Arquivo: Francisca Raimunda.

Sobre a formação dos professores que atuavam na educação infantil no período compreendido na pesquisa, podemos perceber que os professores no período pesquisado – da alfabetização à pré-escola na cidade – em sua grande maioria cursaram apenas o ginásio no Ginásio Santo Antônio, respeitada escola do Padre Raimundo Oliveira Marque, que depois veio a ofertar o curso pedagógico, que durante décadas foi um dos principais responsáveis pela formação de docentes da cidade.

Ao terminar o ginásio, as pessoas mais abastadas, colocavam seus filhos para darem continuidade aos estudos fora da cidade de Valença. A exemplo disso, a professora Maria dos Prazeres, primeira professora normalista de Valença, que com muitos esforços, foi estudar em Teresina, na Escola Normal Antonino Freire, onde fez o Curso Normal no período de 1957 a 1959. As Escolas Normais eram centros de formação de professores para atuar nas primeiras séries.

Com a criação do curso Normal no Colégio Santo Antônio, aumenta o número de professores para o ensino primário, sendo responsável pela formação de um grande número de

profissionais que compõe o quadro de professores da educação infantil na cidade até hoje. Sobre isso, Reis (2015) conta que:

[...] naquele tempo, todas nós fazíamos o pedagógico. Ninguém tinha o 3º grau. Mas nós éramos muito aplicadas. Eu passei 7 anos na sala de 1ª série. As coordenadoras não tirava a gente da sala. E a gente sempre ficava na 1ª serie. As coordenadoras não deixava a gente sair, porque elas diziam que éramos boas alfabetizadoras. Eu pedi para sair porque já estava cansada só de ensinar criança de alfabetização [...] Mas, eu ficava muito feliz com isso [...] (REIS, 2015).

A criação do Pré-escolar municipal na década de 80 remete-nos a ideia de que houve um progresso na educação de crianças menores de 7 anos da região, quando na verdade houve um aumento da oferta, o que significava um avanço. Entretanto, nota-se um descaso com a formação dessas crianças uma vez que ainda não era exigida a formação mínima para lecionar. O professor precisava, apenas, ter “jeito” com crianças e executar bem, as tarefas pré-determinadas, uma recorrente ideia dos cuidados. De acordo com Filho, em trecho do seu depoimento esclarece:

A secretaria fornecia o material, tudo que era necessário a secretaria fornecia. Treinamento para os professores e material para o manuseio. Quando colocava o professor na sala de aula, era dado um treinamento, manuseio de material, para lidar com a criança. Uma ou duas vezes por ano se fazia esse treinamento (FILHO, 2015).

Constata-se até então um elevado índice de profissionais da educação leigos, aquelas mulheres, a maioria foram formadas na prática, a experiência cotidiana (que deve ser valorizada) e por variados motivos vieram a tornarem-se professoras. Isso, por um lado, nos leva a pensar na qualidade do atendimento oferecido, e por outro, na necessidade de uma melhor formação dos profissionais da educação para as crianças de menores de 7 anos.

As mudanças em relação à educação infantil, em Valença só são percebidas com a implantação do CAIC, onde já aparece um bom número de professoras com nível superior em Pedagogia e Normal Superior. De acordo com a diretora do EIC, Lucielma Lima, em seu depoimento, falando de tempos mais presentes:

Todos os professores que trabalham comigo na educação infantil são todos capacitados, especialização, tem deles que tem até mestrado. Mas tem alguns que não fizeram pedagogia, que na época era Normal superior. Tem outros que tem Letras/Português, mas com especialização em educação infantil. Eu por exemplo tenho Letras/Inglês, mas fiz especialização em gestão escolar e estou tentando fazer um mestrado em ensino infantil (LIMA, 2015).

Nota-se a mudança em relação à formação dos professores que atuam na educação infantil em Valença, havendo uma busca por parte do profissional, quando da compreensão da educação infantil enquanto uma etapa educativa e não apenas assistencial como antes. A respeito disso, Silva (2001) destaca que:

A questão do profissional da Educação Infantil adquire, então, centralidade, tanto do ponto de vista da qualidade do trabalho desenvolvido com a criança, quanto do reconhecimento de que a Educação Infantil, especialmente a creche, faz parte da educação (SILVA, 2001, p.11).

Com a promulgação da LDB de 1996 ocorreu a conscientização do direito à educação e o reconhecimento de que a criança de 0 até 6 anos necessita de uma formação integral, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, que extrapola os limites da educação familiar, abre-se caminho para toda uma nova perspectiva educacional. Dessa forma, constata-se uma busca pela valorização dos profissionais que exercem a função de educar e cuidar, nas instituições de Educação Infantil.

### 3.3 PRÁTICA DOCENTE

Analisamos a prática pedagógica das professoras entrevistadas, buscando estabelecer uma relação destas com o nível de formação das professoras, procurando conhecer os recursos didáticos utilizados para lecionar, os conteúdos ministrados, bem como, a relação professor-aluno. A auxiliar de sala Joana Luciana recorda:

Antes não existia creche ou jardim de infância pública. Então, abriram uma salinha de aula no Cinéas<sup>9</sup>, com mais ou menos 30 crianças. Depois, foram abrindo turmas de creche no CSU<sup>10</sup>, no Polivalente..., era para crianças bem pequenas mesmo, de 1, 2, 3 anos, para mães que trabalhavam, e para quem quisesse colocar seus filhos. As crianças menores iam só para dormir. Colocávamo-las para pintar, brincar com tinta. As maiores cobriam, desenhavam e faziam algumas atividadezinhas (LUCIANA, 2016).

Podemos perceber que na narrativa da professora citada acima está presente o caráter assistencialista no qual a creche e a educação de crianças pequenas se configuravam e condicionava a prática pedagógicas docente. As atividades das professoras estavam mais

---

<sup>9</sup> Escola do Estado - Unidade Escolar Cinéas Veloso.

<sup>10</sup> Centro Social Urbano.

relacionadas com o cuidar do que com práticas propriamente educativas voltadas para o ensino-aprendizagem.

Sobre a relação com seus alunos as professoras Maria Clotilde Reis e Maria Iolanda Pereira da Cruz em suas narrativas comentam que:

Na época tinha ordem na sala. Quando era aula, era aula, não tinha essa história de jogar papel como hoje. Antes não tinha reunião com os pais. Primeiro porque eles não vinham, porque trabalhavam mais era na roça, não tinham como vir. O professor tinha autonomia em sala de aula, e os pais acreditavam no professor. Eu passava as tarefas, corrigia, dava visto. Os que tinham os vistos no caderno era porque veio para escola e o exercício, os que não tinham é porque não vinham. (CRUZ, 2015).

[...] eu pequei uma turma considerada a pior da escola. Ao chegar eu conversei com esses alunos, disse que ninguém queria ficar com eles. Disse a minha maneira de ser, como eu gostava de trabalhar. Não gostava que aluno ficasse saindo entrando da sala, só pra caminhar no corredor... Eu só sei dizer a você, que eu deixava os alunos na sala, ia à secretaria, ninguém saía. Aí, as professoras perguntavam: Nelci, o que é que tu faz que esses alunos não saem? Eu digo: é diálogo, é conversar, é mostrar como que o professor gosta na sala de aula. (REIS, 2015).

Nessas duas falas, percebemos certa necessidade de manter a ordem na classe. O que remete a ideia de que o principal objetivo a ser alcançado era manter a disciplina das crianças. Contudo, na segunda fala, percebe-se que o comportamento era um tipo de acordo por meio do diálogo entre a professora e as crianças. Paulo freire afirma que educação se faz com diálogo e defende o mesmo como base do fazer pedagógico, pois o diálogo constitui-se em um importante momento de interação entre professor/aluno, onde não há alguém superior ou inferior, o aprendizado é decorrente da interação de todos entre si.

Em relação às disciplinas, os ex-alunos recordam:

Eu levei muito bolo de palmatória, com relação à disciplina de matemática. Nunca fui muito fã de matemática. E na época, o que a gente via mais era português e matemática, era o básico. Tinha outras coisas mais a gente estudava mais era português e matemática, porque você sabendo ler, escrever tirar conta, você ia embora com as outras. Desde então, eu já sabia que queria ser professora. Quando eu entrei na primeira série já estava bem desenvolvida. Não tive nenhuma dificuldade. (LIMA, 2015)

No meu tempo se aprendia os bons costumes, hierarquia e disciplina, cantávamos toda vez o Hino Nacional antes de entrar para sala de aula. Aprendíamos a respeitar o próximo, ética e boas condutas, colocávamos a família em primeiro lugar e como a base da formação moral do indivíduo, moral e bons costumes. Lembro que tinha a hora de todos irmos para o banheiro, em fila, para escovar os dentes e lavar as mãos antes do lanche. E também aprendíamos as matérias básicas, Português, Matemática, pintávamos, desenhávamos... Todas essas coisas que se faz no ensino infantil. O

bom é que os métodos tradicionais me tornaram um cidadão de verdade (SILVA, 2015).

Percebemos nas falas que houve uma mudança no que tange os conteúdos da pré-escola. No primeiro depoimento que compete ao ano de 1974, onde a preocupação maior era ensinar a ler e fazer contas. Já no segundo depoimento, em 1996, as atividades giram em torno da saúde e higiene e a questão do patriotismo e da religiosidade.

O planejamento é um conjunto de ações que são preparadas projetando um determinado objetivo, em outras palavras é “um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados previstos de forma mais eficiente e econômica”. (LUCKESI, 1992, p.121). Sendo assim podemos afirmar que o planejamento é também uma ação de organização, fundamental a toda ação educacional. Dessa forma, buscamos apresentar como era realizado o planejamento nas escolas infantis, recorreremos à memória das professoras, sujeitos dessa pesquisa, que participaram dessa história:

[...] Sempre tinha aquelas reuniões do pessoal que vinham de Teresina fazer reunião com os professores, trazendo mais coisas importantes para o professor aplicar na sala de aula... Era bom. As reuniões eram no começo do ano. Eles queriam fazer com que o professor desenvolvesse mais, trazendo mais qualidade no ensino. Era muito bom naquele tempo. Hoje, não veio nem falar. Só tem a semana pedagógica e acabou. Fora isso, tinha as reuniões das professoras. Toda semana, no final da semana, a gente se reunia marcava um local pra fazer o plano de aula. Então a gente fazia o plano de aula e aplicava. Com isso a gente desempenhava melhor as aulas, e fazia com que o aluno tivesse mais interesse. (REIS, 2015).

Na escola tem o planejamento anual, feito com todos os professores do infantil ao fundamental II. E tem o planejamento mensal, com os professores do EIC. Porém, esse momento de diálogo entre os professores, não se restringe a esses eventos mensais, quando surge alguma coisa a gente se reúne, e debatemos o assunto em questão. Mas a gente está conversando diariamente, sobre as situações novas que surgem. (LIMA, 2015).

De acordo com as narrativas dos nossos depoentes, constatamos que o planejamento era uma atividade comum nas escolas, representando assim as ações que iriam orientar a prática docente. Mas é importante dizer que até chegar esse momento, as professoras percorreram um longo caminho que passou pela formação pedagógica e pelo preparo para lidar com as novas exigências no ensino infantil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa foi um desafio por se tratar de uma pesquisa histórica pioneira sobre as questões da educação da cidade. Tivemos muita dificuldade em reconstituir o passado e conseguir os documentos oficiais, pois, a secretaria não nos disponibilizou os dados referentes aos registros das escolas no período pesquisado. Entretanto, o depoimento de pessoas que vivenciaram essa história, foi crucial para efetivarmos a pesquisa.

Muitas informações não foram adquiridas devido à localização dos sujeitos, no entanto, percebemos na prática que não é impossível trabalhar uma investigação de todos os aspectos de um objeto, uma vez que o mistério da investigação científica está em possibilitar aos outros a curiosidade e a oportunidade de realização novos e variados de estudos a partir daquilo que foi pesquisado. Por isso consideramos que em matéria de história do Ensino Infantil estamos dando apenas o primeiro passo.

A pesquisa revelou que a Educação em geral em Valença do Piauí foi marcada pelas dificuldades de estruturação, e quando se trata da Educação Infantil, na cidade no período pesquisado, não existia esse nível de ensino. A educação das crianças pequenas ficava a cargo das famílias, ou seja, o primeiro contato das crianças com a escola se dava aos sete anos ao ingressarem no ensino primário, onde iniciava a etapa de alfabetização, até mesmo para as crianças de famílias abastadas.

Constatamos que as primeiras ofertas de educação às crianças menores de sete anos vieram, assim como no cenário nacional, da iniciativa privada, portanto, acessível às pessoas mais abastadas. As crianças da classe menos favorecida, quando tinham alguém na família que fosse letrado, ensinava-os as primeiras letras numa espécie de escola doméstica, ao contrario disso, quando não havia essa espécie de professor caseiro, esperavam até completarem sete anos para ter acesso ao mundo escolar.

Observamos que na década de 1970, começa a aparecer uma preocupação com as crianças pequenas das classes menos favorecidas, onde são implantadas algumas salas para crianças pequenas nas escolas primárias, logo depois uma creche no prédio do Centro Social Urbano - CSU. Também, pode-se evidenciar a importância da iniciativa dos diretores do CROVAPI Club em elaborar um projeto para ofertar educação às crianças menores de sete anos, pois a partir dessa iniciativa, o governo percebeu a necessidade de oferecer formalmente esse nível de ensino às crianças das classes populares, na Unidade Escolar Carmina Veloso,



apesar de inicialmente, a população não está a par da importância da educação infantil, esquivaram-se de matricular seus filhos.

Também pudemos perceber que a prefeitura municipal poupou-se da responsabilidade com a educação infantil, tendo sua primeira iniciativa somente em 1983, com o Pré-Escolar Municipal, o que de acordo com os dados, ainda não significou um avanço no que diz respeito aos objetivos da Educação Infantil.

Pode-se concluir, também, que a década de 90 foi muito significativa para a Educação Infantil na cidade de Valença, pois é quando foi inaugurada a primeira creche municipal para atender crianças de 2 a 6 anos de idade. Nesse contexto, com a disseminação dos direitos da criança e com a promulgação da LDB 9394/96 é inaugurado na cidade o Centro de Apoio Integrado à Criança - CAIC, o que dá novos rumos a Educação Infantil. Abrindo uma maior oferta para o ensino infantil e reconhecendo o mesmo como uma etapa da educação básica, levando em consideração as especificidades e particularidades da infância. O que apresentou uma significativa mudança no perfil dos professores da Educação Infantil, apresentando em sua maioria formação superior de acordo com as diretrizes.

Constatamos também, que embora a Educação infantil, tenha conquistado progressos significativos, sobretudo, após a promulgação da LDB 9394/96, a Educação Infantil, ainda, é bastante carente de reconhecimento por parte do setor público para que leve realmente a sério a educação das crianças e isso implica a formação de docentes para este nível de ensino, o que gera uma distorção entre o que é proposto na Lei e o que, realmente, se efetiva na prática. Esses impasses, retrocessos e avanços na história da educação infantil necessitam ser discutidos, para alcançarmos um atendimento favorável, que respeite as peculiaridades das crianças de 0 a 5 anos.

Diante de tudo que foi exposto até o momento, podemos concluir que o processo de institucionalização da Educação Infantil na cidade ocorreu de forma lenta e quase que não apresentando mudanças em suas primeiras tentativas, entretanto, com as reformas ocorridas no campo educacional, causou impactos no município, que aos poucos vem tentando melhorar o setor do ensino infantil, pois uma prática de Educação Infantil de qualidade é resultado de uma série de elementos que compõem a prática educativa.

## REFERÊNCIAS

### A – BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. FGV, 2004.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: na trilha do direito. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 193 p. Disponível em:<http://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf> Acesso em: 17 de Fev. de 2016.

ARANHA, Maria Lúcia A. **História da Educação e da Pedagogia** – Geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano**. v.17\_n.2\_maio2012. Disponível em:< <http://www.ucs.br/etc/revistas/>> Acesso em: 20 nov. de 2015.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. São Paulo: LTC, 1981.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BRASIL. Lei n.9394, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Editora do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília : 1996.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização. Teresina: UFPI, 1996.

CALDEIRA, Laura Bianca. **O Conceito de Infância no decorrer da História**. Disponível em:<[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/.../o\\_conceito\\_de\\_infancia\\_no\\_decorrer\\_da\\_historia.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/.../o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf) .> Acesso em: 01 de Nov. de 2015.

CAUVILLA, Waldir. **Sobre um momento da constituição da ideia de infância**: ponto de vista de um historiador. Estilos clin. vol.4 no. 6 São Paulo jul. 1999. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-71281999000100007&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-71281999000100007&script=sci_arttext)> acesso em: 12 de Nov. de 2015.

DANTAS, Pollyana Cardoso. **A arte de fiar memórias e tecer narrativas**: o viver urbano do operariado areense (1940-1980). Disponível em:<<http://www.ufcg.edu.br/historia/dissestacoes2013>> Acesso em: 31 de Jan. de 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

COUTINHO, Reinaldo. **Antiguidades valencianas** – 1ª edição - Editora Caburé, 2000.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FILHO, João Cardoso Palma (org.). **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação.** História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.

FREITAS, Fabiano Junqueira de; BRAGA Paula Lou Ane Matos. Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. **Revista Histórica**, n.13, 2006. Disponível em:< <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/> > acesso em: 29 de Ago. de 2005.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GHIRALDELLI, P. J. **História da educação brasileira.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KOHAN, W. O. **Infância:** entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos filosóficos para uma (nova) política e uma (também nova) educação da infância.** VI Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste (Rio de Janeiro: UERJ, maio de 2004). Disponível em:<[http://27reuniaio.anped.org.br/diversos/te\\_walter\\_kohan.pdf](http://27reuniaio.anped.org.br/diversos/te_walter_kohan.pdf) >Acesso em: 10 de Dez. de 2015.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil:** educação infantil e/é fundamental. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>Acesso em: 28 de Jan. de 2016.

KULHMANN, JR., M. A educação infantil no século XX. In: **História, memória e história da educação.** STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C. Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Histórias da educação infantil brasileira.** Fundação Carlos Chagas, São Paulo 2000 N° 14. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>> Acesso em: 17 de Fev. de 2016.

LUCKESI, C.C. **Planejamento e Avaliação escolar:** articulação e necessária determinação ideológica. IN: O diretor articulador do projeto da escola. Borges, Silva Abel. São Paulo, 1992. FDE. Diretoria Técnica. Série Idéias n° 15.

MATTOS, Olgária. **Para uma crítica do presente.** vol. 44, n. 2, p. 259-265, 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/scielo.>> Acesso em: 23 de Nov. de 2015.

MEIRELES, Eliete Silva. **Escola Técnica Popular Nossa Senhora da Paz:** oásis de uma comunidade, visão de uma construção curricular. Teresina, 2005. 263 f.Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

OLIVEIRA, Maria Izete de. **Educação infantil:** legislação e prática pedagógica. Psic. da Ed., São Paulo, 27, 2º sem. de 2008, pp. 53-70. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf>> Acesso em: 17 de Fev. de 2016.

PINHEIRO, Jussara de Souza Fraga. **A importância da Educação Infantil na vida escolar e social da criança.** 2005. Disponível em:

<<http://www.avm.edu.br/monopdf/4/jussaradesouzafragapinheiro.pdf>> acesso em: 12 de Dez. de 2015.

SILVA, Isabel de Oliveira. **Profissionais da Educação Infantil: formação e construção de identidades**. São Paulo, Cortez, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. A Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Vol. I: Séculos XVI-XVIII. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 131-145.

SILVA, Zélia Maria Carvalho e. **História e memória da Educação Infantil em Teresina: Piauí (1968 – 1996)**. 205f. Teresina, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina: 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da cultura material escolar: um balanço inicial** In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 163-189.

STEPHANOU, M. & BASTOS, M. H. C. História memória e história da educação. In: **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 402-416, 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, Cyntia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. Cynthia Greive. As crianças na história da educação. In: SOUZA, Gisele de. **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **A educação Destina a algumas crianças no Piauí (1730-1859)**. 183f. Natal, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado, NORONHA, Olinda Maria e RIBEIRO, Maria Luísa Santos, **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo, FTD, 1994.

## **B - ENTREVISTAS:**

CRUZ, Maria Iolanda Pereira da. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 09/12/2015, Valença do Piauí –PI.

FILHO, José Antonio. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 06/12/2015, Valença do Piauí –PI.

LIMA, Lucielma. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 06/01/2016, Valença do Piauí –PI.

LUCIANA, Joana. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 04/01/2016, Valença do Piauí – PI.

REIS, Maria Clotilde. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 08/12/2015, Valença do Piauí –PI.

SILVA, José Carlos. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 03/12/2015, Valença do Piauí –PI.

SILVA, Wesley da Cunha. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 03/12/2015, Valença do Piauí –PI.

SOUSA, Aldemarina da Costa Lima. Entrevista concedida à Francisca Raimunda na data: 06/01/2016, Valença do Piauí –PI.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
(X) Monografia  
( ) Artigo

Eu, Francisca Raimunda,  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
História e memória da Educação Infantil  
em Alagoinha do Piauí (1983-1996),  
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 04 de Abril de 2016.

Francisca Raimunda  
Assinatura

Francisca Raimunda  
Assinatura